Monitor Mercantil

EDIÇÃO NACIONAL ● R$ 3,00
Sábado, domingo e segunda-feira, 1º, 2 e 3 de outubro de 2022
Ano CVII ● Número 29.214
ISSN 1980-9123

Siga: twitter.com/sigaomonitor
Acesse: monitormercantil.com.br

INÊS 249

TOKEN REVOLUCIONA MERCADO FINANCEIRO

Mais possibilidades de investimentos e soluções inovadoras. Por José Alexandre Freitas, **página 2**

NÃO HÁ DEMOCRACIA SEM IMPRENSA

Em 2019 ocorreram 208 ataques a veículos de comunicação e a jornalistas. Por Marcos Espínola, **página 2**

MINERAÇÃO EM ÁREA INDÍGENA

Nessa toada, a degradação ambiental importa também na social. Por Ana Rita Albuquerque, **página 4**

Emprego ainda abaixo da tendência de longo prazo

A taxa de desemprego medida pelo IBGE através da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (Pnad Contínua) caiu de 9,1% para 8,9% no trimestre encerrado em agosto. Houve avanço de 0,23% da população ocupada, que hoje soma mais de 99 milhões de pessoas.

"O número de agosto demonstra mais uma vez a acomodação da força de trabalho, que mesmo se colocando em patamares superiores ao período pré-pandemia, ainda se encontra abaixo da tendência de médio e longo prazo, o que, sem dúvida, auxilia a taxa de desemprego, mesmo que matematicamente. Por outro lado, o avanço da população ocupada parece sólido e esperamos que continue ocorrendo até o final de 2022, porém a passos mais moderados, liderados pelo setor de serviços", , explicam Marco Caruso, economista-chefe, e Eduardo Vilarim, economista do banco Original. **Página 3**

Idoso concentra investimentos na poupança

Neste sábado é comemorado o Dia Mundial do Idoso e da 3ª Idade, criado em 1991 pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Pesquisa da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) indica que a maior parte dos investidores brasileiros com idade acima de 61 anos ainda tem a carteira de poupança como principal investimento.

Três em cada 10 investidores (29%) na faixa de 61 a 75 anos aplicam na tradicional caderneta, muito acima dos que investem em títulos privados, que são 2% (66% não têm aplicação financeira).

Uma escolha ruim para o bolso, já que a poupança atualmente rende apenas 6,17% ao ano, bem abaixo da Selic (13,75%) e da inflação, que acumula alta de 8,73% em 12 meses. "Existem outros investimentos de renda fixa que garantem maior rentabilidade com risco semelhante ao da poupança e garantia do Fundo Garantidor de Crédito", explica André Meirelles, diretor de Alocação e Distribuição do escritório de investimentos InvestSmart XP.

Petrobras

Ameaças à Petrobras são alerta para Brasil na eleição

Estatal completa 69 anos de criação nesta segunda-feira

Em 3 de outubro de 1953, o presidente Getúlio Vargas sancionou a Lei 2.004, que criava a Petrobras. Em 2022, 69 anos depois, a data ocorre no dia seguinte ao primeiro turno das eleições. Citada apenas secundariamente no debate entre os candidatos nesta quinta-feira, a estatal está ameaçada.

Os investimentos da Petrobras no primeiro semestre de 2022 somaram apenas US$ 4,1 bilhões, valor que representou somente 15% dos dividendos distribuídos aos acionistas (quase 70% privados, cerca de 40% estrangeiros) no período.

O valor distribuído de dividendos, nos últimos seis meses, corresponde ao total de investimentos realizados pela estatal no acumulado dos últimos 45 meses, calcula Eduardo Costa Pinto, professor do Instituto de Economia da UFRJ.

Pesquisador do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo (Ineep), Costa Pinto afirma, em texto no seu blog, que "não existe uma proporção ideal entre lucro retido e distribuído na forma de dividendos. No entanto, é pouco usual que as grandes petroleiras integradas distribuam dividendos, como fez a Petrobras (...), utilizando, além do caixa livre (recursos gerados pelas atividades operacionais menos investimentos) de US$ 20,7 bilhões, recursos com venda de ativos (US$ 8,5 bilhões) e a redução de disponibilidade de caixa da empresa (em torno de US$ 8 bilhões)".

A alta distribuição de dividendos e a concentração de investimentos em exploração no pré-sal levantam dúvidas sobre o futuro da empresa. Enquanto outras petroleiras investem para se tornar empresas integradas de energia, a Petrobras abandonou, após o golpe de 2016, projeto similar.

Aepet: reestatização da cadeia produtiva

A Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet) divulgou, por ocasião do aniversário de 69 anos de criação, um manifesto em que coloca na mesa "a urgência da reestatização de toda cadeia produtiva, da exploração até a produção, refino, transporte e distribuição dos derivados de petróleo".

"Não se trata da volta ao passado, mas da inserção do Brasil na nova geopolítica do mundo multipolar, com soberania e controle da sua riqueza natural", prossegue o documento. "Resposta à fortíssima crise financeira internacional que se avizinha, com mudanças na geopolítica global que já obrigam as nações a condensarem suas cadeias produtivas nos territórios nacionais, como as reestatizações que ocorrem na Europa e na Ásia."

A Aepet finaliza ressaltando que "o governo que tomar posse em 1º de janeiro de 2023 terá a oportunidade de recuperar o monopólio estatal do petróleo, exercido pela Petrobras, e a capacidade de dirigir com autonomia o desenvolvimento social e econômico da Nação".

Dólar cai após dados de inflação nos EUA

A moeda norte-americana enfraqueceu no final do pregão desta sexta-feira, quando participantes do mercado analisaram alta acima do esperado da inflação. O índice do dólar, que mede a moeda em relação aos seis principais pares, caiu 0,12%. O euro subiu para US$ 0,9810, e a libra britânica aumentou para US$ 1,1173.

Inflação na Zona do Euro bate em 10%

A inflação na Zona do Euro subiu 10% em setembro, recorde desde o lançamento da moeda única em 1999, de acordo com uma estimativa preliminar publicada nesta sexta-feira pelo Eurostat, o escritório de estatísticas da União Europeia (UE). Em agosto a inflação ficara em 9,1%. Os preços da energia subiram 40,8%.

Petróleo cai na sexta, mas sobe na semana

Os preços do petróleo caíram na sexta-feira, O WTI para entrega em novembro caiu 2,1%, para US$ 79,49 o barril na Bolsa de Nova York. O petróleo Brent perdeu 0,6%, para fechar em US$ 87,96 o barril na London ICE Futures Exchange. Na semana, porém, o WTI subiu quase 1%, enquanto o Brent subiu 2,1%.

Cerca de 5,5 milhões de micros estão inadimplentes

O Indicador de Inadimplência das Empresas da Serasa Experian revelou que, em agosto, das 5.540.767 micro e pequenos negócios (MPEs) com contas em atraso no Brasil, 53% eram do Sudeste, seguido pela Sul (16,4%), Nordeste (16,3), Centro-Oeste (9%) e Norte (5,3%). O estado de São Paulo se destaca com 1,8 milhão de empresas no vermelho, seguido por Minas Gerais com 543 mil e Rio de Janeiro com 483,2 mil.

Na análise geral do indicador, o número total, apesar de expressivo, representa leve queda de 0,1% em comparação com o mês anterior. De acordo com o índice, as companhias que atuam no setor de Serviços são as que possuem a maior representatividade, com 52%, seguidas pelas atuantes no Comércio (39,5%).

Para o economista da Serasa Experian, Luiz Rabi, a queda na falta de pagamento das empresas é tímida e ainda traz um sinal de alerta para que elas deem mais atenção à organização de seus fluxos de caixa. "As empresas precisam ter em mente que a alta inflação impacta o bolso dos brasileiros e, consequentemente, os negócios pela diminuição no poder de compra. Por isso, a dica é cortar custos desnecessários e negociar despesas sempre que possível".

Levando em conta todos os portes de empresas (micro, pequenas, médias e grandes), o valor médio das 44,1 bilhões de dívidas inadimplentes chegou em R$ 16.456,50.

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R$ 5,3916
Dólar Turismo	R$ 5,6030
Euro	R$ 5,3010
Iuan	R$ 0,7575
Ouro (gr)	R$ 289,86

ÍNDICES

IGP-M	-0,70% (agosto)
	0,21% (julho)
IPCA-E	
RJ (setembro)	-0,97%
SP (junho)	0,79%
Selic	13,75%
Hot Money	0,63% a.m.

Tokenização revoluciona mercado financeiro

Por José Alexandre Freitas

Neste artigo, você entenderá os principais benefícios da tokenização para as empresas e para os investidores e saberá como a tecnologia revoluciona o mercado financeiro. Imagina um mundo onde podemos transformar qualquer ativo real em digital. Desde uma obra de arte, até uma ação, as possibilidades de investimentos são infinitas. A tokenização tem esse papel e vem revolucionando o mercado financeiro, seguindo a série de inovações trazidas pela digitalização.

Essa tendência tem ganhado força no setor financeiro em função dos benefícios como transparência, segurança, liquidez e redução dos gastos, tanto para as empresas quanto para os investidores. Ao considerar essa alternativa de investimentos, que está cada vez mais presente no cotidiano dos mercados financeiro e de capitais – segmentos nos quais atuamos oferecendo plataforma financeira digital referência em soluções para administração de fundos e serviços fiduciários, é que listamos as principais vantagens da tokenização ao investidor e como ela está impactando o mundo dos negócios.

Para se ter uma dimensão do potencial de desenvolvimento, estima-se que o mercado global de tokenização tenha um crescimento médio anual acima de 19,5%, entre 2020 e 2025, passando de US$ 1,9 bilhão para US$ 4,8 bilhões no período, segundo previsão da consultoria MarketsandMarkets.

A tokenização é o processo de transformar ativos reais em ativos digitais, que são representados por tokens, que representam o registro digital de um ativo real que pode ser livremente transacionado e negociado por meio da tecnologia blockchain. Como disse, os tokens podem literalmente representar qualquer ativo físico ou virtual. Vamos a um exemplo para melhor ilustrar como funciona a tokenização de ativos.

Imagina que uma empresa pretende captar recursos para financiar investimentos, expansão ou ampliar o capital de giro. Geralmente, os recursos são obtidos por meio de uma oferta pública inicial (IPO na sigla em inglês) na Bolsa de Valores, distribuindo parte de suas ações ao mercado. A tokenização é uma alternativa à forma atual de abertura de capital, podendo transformar participações acionárias em companhias em tokens que podem ser negociados em tempo real, de modo seguro, transparente e a custos mais baixos.

As principais vantagens dessa tecnologia

Agora que você já entendeu como funciona essa tecnologia e os tokens, quero apresentar as principais vantagens da tokenização. A primeira é o dinamismo e a ampla possibilidade de negociação. O mercado de tokens pretende operar sem restrições de horários, com as plataformas de negociação funcionando 24 horas por dia, sete dias por semana. Então, podemos considerar um recurso transformador se compararmos, por exemplo, com as Bolsas de Valores mundiais, que têm horários de início e fim do pregão pré-definidos.

A tokenização também permite pulverizar e distribuir o ativo entre diversos investidores. E ainda elimina as barreiras, viabilizando a negociação sem fronteiras. Isso ocorre porque o token migra entre as wallets (carteiras digitais) dos investidores, independentemente do país de origem.

Essa tecnologia também dispensa intermediários para realizar as transações, o que representa uma disrupção no mercado. Com as soluções inovadoras trazidas pela tokenização, por meio da blockchain, os investidores passarão a não depender de corretoras para fazer a intermediação. Dessa forma, as operações têm custos operacionais menores para quem tokeniza e quem investe, tornando esse tipo de investimento mais acessível.

Além disso, como os ativos são fracionados e distribuídos pela blockchain, facilitam a participação de pequenos investidores, que podem investir em uma opção rentável, gastando um valor menor, em comparação aos custos e taxas de administração de outros tipos de investimentos. A tokenização pretende, ainda, mais liquidez devido à simplicidade e agilidade das negociações.

Esse processo também amplia o leque de opções de ativos nos quais os investidores podem aportar as suas posições. Na prática, quase tudo pode ser transformado em um ativo digital, como obras de arte, direitos em geral, inclusive autoriais, títulos de crédito, ações de empresas, precatórios e recebíveis de cartão de crédito, por exemplo.

Para se ter uma ideia, a tokenização ainda promove a democratização dos investimentos. Por exemplo, quando falamos dos direitos creditórios de pequena monta, abaixo de R$ 10 milhões, temos um volume pequeno para realizar uma transação no mercado de capitais. Em contrapartida, para o segmento de tokens, R$ 1 milhão ou R$ 500 mil já são um direito creditório extremamente interessante em termos de negócio.

Nós, da Oliveira Trust (OT), acreditamos que a tokenização representa a terceira via da securitização. Antes de falar sobre o atual momento, vale explicar que securitização é o termo usado no mercado financeiro para definir o processo de negociação de dívidas de empréstimo ou contas em atraso, por exemplo, com investidores que aceitam o risco de inadimplência em troca de rendimentos.

Nos últimos 30 anos, período em que estou na companhia, o mercado de capitais brasileiro passou por dois momentos que representaram marcos para o setor. O primeiro foi via companhias securitizadoras e, depois, via fundos de investimentos estruturados.

Entendemos que o setor caminha, agora, para o modelo de tokenização das operações de securitização. A expectativa é de que a terceira via leve modernidade aos processos e garanta a confiança nas transações realizadas no ambiente digital, com a utilização da blockchain, que atua como rede de segurança para a estrutura por meio de seu sistema descentralizado.

Funciona da seguinte maneira: as informações não ficam reunidas em um único servidor ou em uma única instituição, como nos sistemas atuais. Os dados são pulverizados em uma rede de computadores que, quando sincronizada, fornece as informações referentes aos tokens. Esse procedimento torna praticamente impossível que alguém obtenha ou altere os dados.

Cabe reforçar que a Oliveira Trust tem investido em parcerias, investimentos e desenvolvimento de novos produtos para aperfeiçoar soluções tecnológicas que viabilizem o funcionamento de novas estruturas no mercado financeiro. Para entrarmos no segmento da tokenização, adquirimos no início do ano uma participação na Liqi, startup de tokenização de ativos baseada em blockchain.

A Liqi é uma das empresas de tokenização com maior potencial de desenvolvimento de operações para o mercado de capitais, e entendemos que era o momento de investir para nos colocar à frente de um segmento em franca ascensão, agregando valor à nossa missão de trazer inovação e as melhores soluções do mercado para os nossos clientes. Conectando blockchain, tokens e criptomoedas ao mercado tradicional financeiro, a Liqi viabiliza o acesso das empresas ao mercado de capitais e leva para os investidores novas opções de investimento.

Em junho, a Oliveira Trust também anunciou uma parceria para o serviço de escrituração de tokens na plataforma BEE4, primeiro mercado regulado do país de ações tokenizadas de empresas emergentes. A OT trabalha para garantir o controle das titularidades dos ativos, conciliando as transações do ambiente de negociação com o registro no "livro" societário das empresas listadas.

Para investidores, a plataforma oferece a oportunidade de aquisição de ações em empresas com grande potencial de crescimento, em ambiente regulado e com liquidez. Já para essas companhias emergentes, abre-se uma nova fonte de captação de recursos em ambiente seguro e transparente, além de dar visibilidade de seus negócios para o mercado.

As oportunidades para as empresas e investidores são enormes, por isso acredito que o mercado de tokenização vai dar um salto nos próximos anos, contribuindo com o desenvolvimento tecnológico do mercado de capitais. Vamos acompanhar juntos essa transformação!

José Alexandre Freitas é CEO da Oliveira Trust.

Não há democracia sem imprensa

Por Marcos Espínola

Estamos vivendo um momento no qual a democracia no Brasil e no mundo está em risco. Uma das maiores evidências disso são as constantes retaliações sofridas pela imprensa, onde jornalistas estão sendo agredidos tanto por cidadãos comuns quanto por governantes e autoridades. No entanto, na verdade eles se apresentam como guardiões da democracia, sobrevivendo bravamente a um clima hostil nunca vivido após a redemocratização. No entanto, é preciso ficar claro que sem liberdade de imprensa não há democracia.

Dados da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), no relatório "Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil", registraram 208 ataques a veículos de comunicação e a jornalistas em 2019, um aumento de 54,07% em relação ao ano anterior. Foram dois assassinatos, 28 casos de ameaças ou intimidações, 20 agressões verbais, 15 agressões físicas, 10 casos de censura e outros de impedimentos ao exercício profissional. E para um Estado Democrático de Direito isso é inadmissível.

Um agravante nessa realidade é que, segundo a própria Fenaj, os políticos foram os principais autores desses ataques, com 144 ocorrências (69,23% do total), a maioria delas com tentativas de descredibilizar a imprensa (114). Isso significa que, os eleitos pelo povo democraticamente e que deveriam dar exemplo são, justamente, quem fomentam esse desatino. É como se transferissem para esses profissionais toda a mazela que ocorre, esquecendo-se que se há fatos, não é possível haver argumentos. Por mais que possa haver formas distintas de comunicar uma mesma notícia, o que para muitos soa a parcialidade do profissional ou veículo, se há um fato verdadeiro não há o que se questionar.

A imprensa presta um serviço de utilidade pública. E como vivemos numa democracia, cada cidadão tem o direito de consumir o conteúdo jornalístico no canal de sua escolha. O grande perigo e a maior questão são as fake news, ou seja, todo e qualquer canal jornalístico que opta pela mentira merece todo o rigor da lei. Mas, sendo constituído por profissionais de credibilidade e com responsabilidade quanto à veracidade dos fatos, merece todo o nosso reconhecimento e respeito.

O acesso à informação é um direito fundamental no Brasil, assegurado no artigo 5° da Constituição Federal de 1988. Além do acesso de todos, é primordial que os profissionais da comunicação, como os trabalhadores da imprensa, por exemplo, possam divulgar e propagar toda e qualquer informação.

A imprensa cumpre um papel de alto valor social e moral na manutenção das estruturas democráticas de um país e isso não pode ser violado sob pena de um retrocesso que só nos levará para uma censura só vista antes no país durante a ditadura.

Marcos Espínola é advogado criminalista e especialista em segurança pública.

Monitor Mercantil

Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à
ANJ Associação Nacional de Jornais

Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura
Mensal: R$ 180,00
Plano anual: 12 x R$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

Marcos de Oliveira
Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

Brasil não compareceu ao debate

Após o debate desta quinta-feira na Rede Globo, um eleitor, desiludido, comentou: "Rigorosamente todos que participaram do programa procuraram demostrar que o melhor para o Brasil era a iniciativa privada, nacional ou estrangeira, e que o Estado Nacional deveria ser coadjuvante."

Talvez um pouco radical, quem sabe provocado pelo avançado da hora. Mas é certo que, em meio aos ataques e às passagens surreais protagonizadas pelo "padre de festa junina", sobrou pouco para compreender o que os candidatos desejam para o Brasil. Mesmo Ciro Gomes, que bate na tecla de um projeto nacional, passou longe disso.

O formato do debate não ajuda, ainda mais com 7 candidatos, com pretensões bem distintas. Mas os políticos que participaram igualmente não ajudam. Não se trata do Padre Kelson (ou Kelvin?) confundindo imposto único com mais um imposto, mas de não se questionar contradições básicas, como defender melhor educação ao mesmo tempo em que se louva as privatizações, esquecendo a baixa qualidade das faculdades particulares. Ou pedindo ao menos um exemplo que seja de um país que alcançou o sucesso com a agenda de Estado mínimo.

Que venham as urnas.

Bolsonaro derrotado

O ex-bicampeão da Fórmula 1 Emerson Fittipaldi derrapou na tentativa de obter a cadeira no Senado italiano reservado aos imigrantes que se encontram na América do Sul. O eleito foi um argentino. Atolado em dívidas e processos, Fittipaldi deixa de ganhar cerca de € 16 mil por mês.

Simpatizante de Bolsonaro, o piloto foi apoiado pelos filhos do presidente brasileiro na sua pretensão de virar senador italiano.

Ídolo

Interessante é que, tal qual Fittipaldi, outro campeão da F1 – no caso, tricampeão – Nelson Piquet também anda na carona de Bolsonaro. A coluna imagina que o verdadeiro ídolo – brasileiro e mundial – da categoria, Ayrton Senna, não deixaria de apoiar o fim do governo das trevas.

Rápidas

O Crab receberá nesta terça-feira o Encontro de Negócios do Turismo para apresentar os destinos de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul às agências de viagens do Rio de Janeiro *** A Sala Carlos Couto (anexa ao Theatro Municipal de Niterói, Rua XV de Novembro, 35, Centro) inaugura nesta terça, às 11h, a exposição *Arte da Moda Inspirada no Século XIX*, elaborada em conjunto com a unidade Niterói do Senac RJ *** Neste sábado acontecerá a 1ª edição da competição de capoeira "Volta do Mundo – Seletivas". Detalhes em: voltadomundo.com/assistirseletivas *** Adriana Pina, diretora executiva do BNI RJ, tem encontro marcado com diretores de lançamento de novos grupos nesta quinta-feira, para finalizar a fase 1 do processo de treinamento de embaixadores e diretores *** Neste sábado, das 15h às 18h, o Maktüb Experience do Shopping Jardim Guadalupe promove roda de conversa sobre empoderamento feminino *** Cíntia Savelli lança a plataforma ajudamulher.com.br para auxiliar mulheres que sofrem violência física e psicológica *** A FGV Conhecimento realizará nesta segunda-feira o II Fórum de Direito e Tecnologia sobre Inteligência Artificial, com participação dos ministros Luis Felipe Salomão e Ricardo Villas Bôas Cueva, do STJ.

Informalidade alcança a maior taxa histórica

Volume de empregados sem direitos trabalhistas cresce 16% no ano

De acordo com dados da Pnad Contínua, divulgados nesta sexta-feira, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de empregados sem carteira assinada no setor privado (13,2 milhões de pessoas) foi o maior da série histórica, iniciada em 2012, crescendo 2,8% no trimestre (mais 355 mil pessoas) e 16% (1,8 milhão de pessoas) no ano.

Já o número de empregados com carteira de trabalho assinada no setor privado (exclusive trabalhadores domésticos) foi de 36 milhões, subindo 1,1% (398 mil pessoas) frente ao trimestre anterior e 9,4% (mais 3,1 milhões de pessoas) na comparação anual.

Segundo a Pnad, o número de trabalhadores por conta própria foi de 25,9 milhões de pessoas. Ante o trimestre anterior, houve estabilidade, enquanto, em relação ao mesmo período de 2021, houve avanço de 2,4% (mais 616 mil pessoas). E o número de trabalhadores domésticos (5,9 milhões de pessoas) permaneceu estável ante o trimestre anterior e subiu 10,5% (mais 557 mil pessoas) no ano.

O número de empregadores (4,3 milhões de pessoas) manteve-se estável em comparação com o trimestre anterior e subiu 15,1% (565 mil pessoas) no ano. O número de empregados no setor público (12,1 milhões) cresceu 4,1% no trimestre e 7,7% no ano.

A pesquisa mostra também que a taxa de informalidade foi 39,7% da população ocupada, contra 40,1% no trimestre anterior e 40,6% no mesmo trimestre de 2021. O número de trabalhadores informais chegou a 39,3 milhões.

O rendimento real habitual (R$ 2,71 mil) cresceu 3,1% em relação ao trimestre anterior e ficou estável na comparação anual. A massa de rendimento real habitual (R$ 263,5 bilhões) cresceu 4,7% frente ao trimestre anterior e 7,7% na comparação anual.

Taxa de desemprego recua para 8,9% em agosto

A taxa de desocupação (8,9%) do trimestre móvel de junho a agosto de 2022 recuou 0,9 ponto percentual (p.p.) ante o trimestre de março a maio de 2022 (9,8%) e 4,2 p.p. frente ao mesmo período de 2021 (13,1%).

A população desocupada (9,7 milhões de pessoas) caiu ao menor nível desde o trimestre terminado em dezembro de 2015, recuando 8,8% (menos 937 mil pessoas) no trimestre e 30,1% (menos 4,2 milhões) no ano. Os dados são da Pnad Contínua e foram divulgados nesta sexta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A população ocupada (99 milhões) foi recorde da série iniciada em 2012, com alta de 1,5% (mais 1,5 milhão) ante o trimestre anterior e de 7,9% (mais 7,3 milhões) no ano. Segundo a Pnad, o nível da ocupação (percentual de pessoas ocupadas na população em idade de trabalhar) foi de 57,1%, subindo 0,7 p.p. no trimestre e 3,7 p.p. no ano. Foi o nível mais alto desde o trimestre terminado em dezembro de 2015.

A taxa composta de subutilização (20,5%) foi a menor desde o trimestre terminado em maio de 2016, caindo 1,3 p.p. no trimestre e 6,6 p.p. no ano. A população subutilizada (23,9 milhões de pessoas) caiu 5,8% (menos 1,5 milhão) no trimestre e 23,6% (menos 7,4 milhões) no ano.

A população subocupada por insuficiência de horas trabalhadas (6,4 milhões) caiu 3,7% (- 245 mil pessoas) no trimestre e 18,2% (-1,4 milhão de pessoas) no ano. Foi o menor contingente desde o trimestre terminado em setembro de 2020. Também a população fora da força de trabalho (64,6 milhões de pessoas) permaneceu estável ante o trimestre anterior e recuou 2,3% (menos 1,5 milhão de pessoas) no ano.

Rússia anexa quatro regiões da Ucrânia

O presidente Vladimir Putin anunciou, nesta sexta-feira no Kremlin, que a Rússia tem "quatro novas regiões". As áreas ucranianas foram tomadas parcialmente pelas forças de Moscou durante o conflito que já dura sete meses. Em seu discurso fez um apelo ao governo ucraniano: "para que cesse imediatamente o fogo e volte para a mesa de negociações. Só pode ser esse o caminho para a paz".

Explicou que em seu país "estamos preparados para isso", mas ponderou que "vamos defender a nossa terra, de todas as maneiras possíveis e vamos cuidar do desenvolvimento de nosso povo", em relação com a continuidade das ações militares.

A Rússia declarou as anexações depois de realizar o que chamou de referendos em áreas ocupadas da Ucrânia. Governos ocidentais e Kiev disseram que as votações violaram a lei internacional, foram coercitivas e não representativas. Entretanto, observadores internacionais atestaram que os referendos ocorreram de forma tranquila, sem violência e sem coerção.

Putin lembrou também em seu discurso que, em 1991, as elites decidiram dissolver a União Soviética, sem consultar a vontade dos cidadãos, o que "tornou-se um desastre nacional". Para o Kremlin, ataques contra qualquer parte da faixa da Ucrânia, que o presidente Vladimir Putin anexou, serão considerados agressões contra a própria Rússia. "O país lutará para tomar a totalidade da região de Donbass, no leste ucraniano", acrescentou.

Na ocasião, Putin não deixou de referir-se aos mais recentes acontecimentos no continente europeu, as explosões na rede Nord Stream, no mar Báltico, e acusou as potências ocidentais de ter "começado a destruir a estrutura energética europeia". Putin afirmou que os Estados Unidos (EUA) exigem mais sanções contra a Rússia, mas "tudo isso leva à desindustrialização da Europa" e o aumento de sua dependência para Washington.

Tijoá Participações e Investimentos S.A.

CNPJ nº 14.522.198/0001-88 – NIRE 35.300.414.063 | ("Tijoá" ou "Companhia")

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de agosto de 2022

1. Data, Hora e Local: Aos 29/08/2022, às 14:00hs, no endereço da filial da Companhia no Rio de Janeiro, RJ. **2. Convocação e Presença:** Reunião convocada de acordo com o Estatuto Social da Companhia. Foi verificada a presença dos membros do Conselho de Administração e membros da Diretoria, por vídeo conferência. **3. Mesa:** Presidente: Mariana de Mello Vaz Albuquerque; Secretária: Renata Moretzsohn **4. Ordem do Dia:** (i) Eleição Diretoria. **5. Deliberações:** Aberta a reunião e após exame da matéria constante do Item (i) da ordem do dia, os Conselheiros solicitaram a suspensão da reunião até a apresentação pela Companhia de parecer sobre a existência de obrigação legal de a Diretoria denominada Técnica ser ocupada por engenheiro. A Companhia enviou aos Conselheiros o parecer solicitado em 01/09/2022. Retomada a reunião em 19/09/2022, o Conselho de Administração deliberou, por unanimidade de seus membros presentes, face a renúncia apresentada, em 06/09/2022, pelo Sr. Luiz Eduardo Barros Manara ao cargo de Diretor Administrativo Financeiro da Companhia, eleger, com efeitos retroativos à data de 06/09/2022, o Sr. Luiz Alberto Küster, RG nº 1.123.287, SSP/PR, CPF nº 357.613.009-82, para o cargo de Diretor Administrativo Financeiro, com mandato até a eleição da Diretoria por este Conselho de Administração. O Diretor ora investido e empossado, declara sob as penas da Lei, não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que o impeça de exercer atividades mercantis. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião, sendo lavrada a presente Ata. Rio de Janeiro, 19/09/2022. **7. Assinaturas:** Mesa: Mariana de Mello Vaz Albuquerque – Presidente; Renata Moretzsohn – Secretária. JUCESP – Registrado sob o nº 485.376/22-2 em 27/09/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

MEIO AMBIENTE

Ana Rita Albuquerque

Mineração em área indígena

A atividade de mineração e garimpo ao tempo em que é considerada atividade estratégica para o desenvolvimento nacional, pertencendo à União as jazidas e demais recursos minerais do subsolo (CF, art. 20, IX), gera grande impacto socioambiental, especialmente quando a exploração e a lavra ocorrem em locais habitados por comunidades indígenas ou populações tradicionais.

O Código de Mineração (Decreto 227/67), atualizado em 1996, determina que deva ser evitada a poluição do ar ou da água e conservada as fontes de águas no trabalho de mineração, mas o que se vê é que, esgotada a jazida, as áreas abrangidas pela atividade minerária deixam para trás grande passivo ambiental que, não raro, importa na poluição dos rios e do lençol freático com metais pesados e substâncias tóxicas, com severos impactos na flora, fauna e até mesmo na vida das populações indígenas.

Resta claro o impacto na vida comunitária que a exploração das jazidas causa aos povos indígenas sediados nessas áreas, oferecendo riscos ao futuro desses povos, à sua reprodução física e cultural. Muitos jovens indígenas sentem-se até estimulados a abandonarem a agricultura e práticas tradicionais exercidas comunitariamente para obter rendimentos de trabalho assalariado dentro das minas. Isso os afasta de sua identidade cultural, pois deixam de lado o controle sobre o seu território ancestral para adaptarem-se à nova atividade, socialmente alienante e muitas vezes degradante.

A Constituição Federal de 1988 assegura, de um lado, a livre iniciativa econômica (art. 176), de outro, assegura os direitos culturais e a pluralidade cultural a fim de poderem os povos indígenas manterem seus hábitos, costumes e organização, reconhecendo as formas plurais de organização social que coexistem em nossa sociedade (CF, Título VIII, Capítulo VIII, arts. 231 e 232).

Adotamos o modelo de desenvolvimento sustentável ao tempo em que constitui fundamento do estado democrático a dignidade da pessoa humana (CF, art. 1º, III). Os povos indígenas são possuidores originários sobre seu território, e a sua sobrevivência depende em garantir o seu modo de vida, a exemplo do uso sustentável que fazem dos recursos naturais a ser replicado e a servir de modelo às futuras gerações.

A exploração da mineração em áreas indígenas como hoje vem se proliferando, sem estudos prévios de impacto ambiental e sem consulta e participação dos envolvidos, vem gerando pobreza e o aniquilamento dos povos indígenas pela constante degradação dos recursos naturais em seus territórios, pela desagregação social e perda de suas práticas tradicionais. Nessa toada, a degradação ambiental importa também na social, desarticulando o modo de vida e a cultura ancestral, sacrificando valores como a vida e a dignidade desses povos. Evidente que não há desenvolvimento sustentável com o sacrifício de tais valores.

JACARINA IMOBILIÁRIA LTDA.
CNPJ/MF: 10.526.793/0001-30 - NIRE: 33.208.262.871
Redução Capital Social - Extrato Ata de Reunião Sócios. Data e Local: 30/09/2022, em sua sede na Rua Lauro Muller n° 116, sala 4406 (parte), Botafogo, CEP: 22290-160, na Cidade e Estado de Rio de Janeiro. Com a presença da totalidade do capital. Deliberação: Neste ato e na melhor forma de direito, os sócios resolvem reduzir o capital social da Sociedade em R$1.000.000,00 (hum milhão de reais) de R$16.200.000,00 (dezesseis milhões e duzentos mil reais) para R$15.200.000,00 (quinze milhões e duzentos mil reais), nos termos do inciso ll, do Art. 1082, da Lei 10.406/2002, do Código Civil, por julgarem os sócios que o capital social está excessivo em relação ao objeto da Sociedade, sendo os sócios restituídos através do recebimento do valor proporcional das quotas por cada um deles detidas na sociedade. O arquivamento da Alteração Contratual resultante se dará no prazo de 90 dias contados da publicação deste extrato. Rio de Janeiro, 30 de setembro de 2022. **Célio Pinto de Almeida** - Sócio-Administrador.

COOBERJ COOPERATIVA NACIONAL DOS BANCÁRIOS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE RE-RATIFICAÇÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
O Presidente da **COOBERJ COOPERATIVA NACIONAL DOS BANCÁRIOS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – CNPJ 16.606.817/0001-48,** no uso das suas atribuições que lhe confere o Estatuto Social, convoca os cooperados para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária de Re-Ratificação da Assembléia Geral Ordinária realizada no dia 30/03/2022, a realizar-se à rua Fonte da Saudade, 247/504, Lagoa, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22471-211, por não haver acomodação suficiente na sede social, no dia 14/10/2022, às 18:00 horas, com a presença de 2/3 dos cooperados em 1ª convocação, às 19:00 horas, com a presença de metade mais um dos cooperados, em 2ª convocação; ou às 20:00 horas, com a presença de, no mínimo, 10(dez) cooperados, em 3ª e última convocação. Assuntos: AGE – 1. Ratificação da Discussão do Balanço Patrimonial, DRE, Parecer do conselho fiscal, Destinação de Sobras/Perdas, leitura, discussão e julgamento do relatório de administração, GEFIPS e RAIS negativa do exercício de 2021, prestação de contas do exercício social encerrado em 2021; 2-Re-Ratificação da Eleição/Posse do Conselho Fiscal; 3- Assuntos Gerais. RIO DE JANEIRO, 3 DE OUTUBRO DE 2022.
ANTONIO CARLOS TUCUMÃ DA SILVA – PRESIDENTE

Usuários têm 100 dias para instalar energia solar antes de novas regras

Os consumidores brasileiros que pretendem instalar sistemas de energia solar em residências e empresas têm, a partir deste sábado, 100 dias para viabilizar o sistema fotovoltaico antes das mudanças de regras aprovadas pelo Congresso Nacional (CN).

Pela nova Lei 14300/2022, publicada no início deste ano, há um período de transição que garante até 2045 a manutenção das regras atuais aos consumidores que solicitarem o parecer de acesso de sistemas de geração própria de energia solar até 6 de janeiro de 2023. Após esta data, a lei prevê que novas conexões terão uma cobrança gradual e escalonada sobre a energia injetada na rede elétrica.

Em meio a um ano recorde de crescimento no país, a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar) projeta que os próximos meses serão ainda mais aquecidos para o segmento de geração solar de pequeno e médio portes. Segundo dados da entidade, de janeiro a agosto de 2022, foram conectados à rede mais de 382,7 mil novos sistemas fotovoltaicos, um crescimento de mais de 57% em relação aos 243,6 mil adicionados no mesmo período do exercício anterior.

"O ano de 2022 caminha para ser o melhor ano da energia solar já registrado no Brasil. A geração própria de energia solar seguirá crescendo a passos largos e deverá praticamente dobrar sua potência operacional instalada, impulsionada sobretudo pelos novos sistemas a serem instalados até o fim deste ano", comenta Rodrigo Sauaia, CEO da associação.

Na análise de Ronaldo Koloszuk, presidente do Conselho de Administração da Absolar, o crescimento acelerado dos projetos fotovoltaicos em residências, pequenos negócios, produtores rurais e prédios públicos, está ligado a fatores como o alto custo da energia elétrica no país, a queda dos preços da energia solar e a oportunidade de enquadramento nas regras atuais.

Atualmente, os pequenos e médios sistemas solares somam 13 GW de potência instalada em residências, comércios, indústrias, produtores rurais e prédios públicos no Brasil, segundo mapeamento da entidade.

De acordo com o mapeamento, são mais de 1,2 milhão de sistemas solares fotovoltaicos conectados à rede, trazendo economia e sustentabilidade ambiental para mais de 1,5 milhão de unidades consumidoras. Desde 2012, foram mais de R$ 70,9 bilhões em novos investimentos, que geraram mais de 390 mil empregos acumulados no período, espalhados em todas as regiões do Brasil, e uma arrecadação de R$ 17,3 bilhões.

A tecnologia solar fotovoltaica já está presente em 5,5 mil municípios e em todos os estados brasileiros, sendo que os estados líderes em potência instalada são, respectivamente: Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Santa Catarina.

Incerteza da Economia cai 4,9 pontos em setembro

O Indicador de Incerteza da Economia (IIE-Br) da Fundação Getulio Vargas, divulgado nesta sexta-feira, caiu 4,9 pontos em setembro, para 111,7 pontos, menor nível desde novembro de 2019 (105,1 pts.).

"O IIE-Br está agora apenas um pouco acima do que pode ser considerado um nível confortável de incerteza (abaixo dos 110 pontos) pela primeira vez desde o início da pandemia de Covid-19. O resultado é motivado pela melhora do cenário para a atividade econômica e para o mercado de trabalho, além da redução da pressão inflacionária nos últimos meses. O quadro eleitoral parece exercer pouca influência no indicador até o momento e a convergência do IIE-Br para níveis inferiores a 110 pontos dependerá das perspectivas para a continuidade da atual fase de crescimento e para o cenário político pós-eleição.", afirma Anna Carolina Gouveia, economista do FGV IBRE.

Em setembro, o componente de Mídia caiu 4,5 pontos, para 110,6 pontos, menor nível desde novembro de 2019, contribuindo de forma negativa com 3,9 pontos para o índice agregado. O componente de Expectativas, que mede a dispersão nas previsões de especialistas para variáveis macroeconômicas, recuou 3,8 pontos, para 111,6 pontos, menor nível desde março deste ano, com contribuição negativa de 1,0 ponto para a evolução na margem do IIE-Br.

Três perguntas: operações estruturadas

Por Jorge Priori

Conversamos sobre Operações Estruturadas com Guilherme Loures, head de renda variável da WIT Invest.

O que são operações estruturadas?

Esse é um tipo de operação onde nós montamos uma estrutura usando derivativos. Nós usamos uma ação e algo que deriva dessa ação, nesse caso uma opção, já que existem condições para a realização da operação. Além das ações, esse tipo de operação pode ser montada com outros ativos como commodities e dólar

Para que um investidor utilize uma operação estruturada, é preciso entender o que ele espera do mercado, a sua estratégia e o que ele quer fazer. Se a operação for mal colocada, já que os termos são muito complexos e são muitas variáveis, o investidor pode achar que entendeu, ir na confiança, e se frustrar quando ela dá errado e não funciona.

Quais são as principais operações estruturadas?

Nós trabalhamos muito com o Financiamento, que é a venda coberta. Nessa operação, o investidor compra uma ação e vende uma opção de compra. Vamos imaginar que ele compre uma ação a R$ 30 e venda uma opção de compra por R$ 0,50 com valor de exercício a R$ 35. Logo, o custo da operação foi de R$ 29,50.

Se a ação bater em R$ 35, a opção será exercida, e o investidor venderá a ação por esse valor, ficando com o lucro de R$ 5 e com o prêmio de R$ 0,50. Se até o vencimento da opção o mercado não bater os R$ 35, o investidor fica com a ação e o prêmio, já que a opção virou pó. Se o mercado cair, o investidor passa a ter prejuízo abaixo de R$ 29,50, e não R$ 30. Há um grau pequeno de proteção, pois o investidor havia reduzido o custo, mas essa não é uma operação que o proteja de uma queda.

O Financiamento pode ser interessante para remunerar a carteira enquanto o investidor mantém a posição. Nós chamamos isso de dividendos sintéticos. Muitos clientes vêm aumentando, consideravelmente, a posição de ações fazendo essa estratégia.

Contudo, muitos deles não querem, eventualmente, se desfazer do papel. Nesses casos, nós temos mecanismos para não entregarmos as ações. Se o valor da ação se aproxima do valor de exercício da opção, gerando um risco de entrega, nós recompramos a opção e vendemos uma nova opção com vencimento para frente.

A Collar é uma operação onde o investidor compra uma ação e uma opção de venda, um direito de vender um ativo num determinado preço. Por exemplo, eu compro uma ação a R$ 32 e suporto uma queda até R$ 30, pois eu não quero perder além desse valor. Assim, eu compro uma opção de venda com valor de exercício de R$ 30.

Para financiar a compra da opção de venda, o investidor vende uma opção de compra. Se o mercado cair, eu tenho um limitador de prejuízo até R$ 30. Se o mercado subir, eu capturo uma alta até determinado nível de preço. Se eu vendi uma opção de compra com valor de exercício de R$ 34, eu participo da alta até esse valor. Nós utilizamos bastante essa estrutura.

Outra estrutura que pode ser utilizada em determinados momentos é a Booster. Nessa operação, o investidor compra a ação e uma opção de compra. Ao mesmo tempo, ele vende duas opções de compra com o valor de exercício mais acima.

Vamos imaginar que o investidor compre a ação a R$ 32 e uma opção de compra com o valor de exercício a R$ 32. É como se o investidor dobrasse a posição comprada. Em paralelo, ele vende duas opções de compra com valor de exercício a R$ 35, o que financia as suas compras. Se o mercado andar na faixa de R$ 32 a R$ 35, o investidor captura uma alta dobrada, já que ele tem a valorização da ação e da opção. Se a ação passar de R$ 35, ele será exercido nas opções de compra, o que limitará o seu ganho.

Esse é um tipo de operação muito utilizada por investidores que querem dar uma potencializada nos ganhos do papel, ou quando ele enxerga que o mercado vai subir, mas que a alta será moderada.

Uma operação que foi muito utilizada pela XP no passado, mas que hoje não é tão popular por causa da volatilidade, é a RUBI (Return Under Barrier Investment). Nessa operação, o investidor compra uma ação e uma opção de venda. Ao mesmo tempo, ele vende uma opção de compra para financiar a compra da opção de venda. Detalhe: as duas opções, tanto de compra quanto de venda, terão o mesmo valor de exercício, mesmo strike.

Com essas duas opções, ele limita o seu ganho. Se o mercado cair, o investidor exerce a opção de venda garantindo o cupom previamente negociado. Se o mercado subir, o investidor é exercido na opção de compra, o que também garante o cupom previamente negociado.

A operação tem uma barreira de desvalorização, que uma vez atingida, faz com que as opções deixem de existir. Se isso acontecer, o cliente ficará com a ação comprada com o custo da data de aquisição.

Vamos imaginar que o investidor comprou a ação a R$ 30, com as opções gerando um cupom de 5% (R$ 31,50) e com uma barreira de desvalorização de 20%. Se a ação não se desvalorizar em 20%, uma das duas opções será exercida no vencimento, e o investidor receberá o equivalente ao cupom previamente definido, mesmo que a ação tenha se valorizado mais que o cupom. Se a desvalorização romper a barreira de 20%, a operação é desarmada, ou seja, as opções deixam de existir, e o investidor fica com a ação comprada a R$ 30.

A RUBI é uma operação interessante quando ela é bem compreendida, mas momentos de muita volatilidade dificultam a sua realização. Se o investidor faz uma RUBI com um cupom de 5%, mas o mercado rasga 50%, ele vai ficar louco. O ponto é que o investidor tem que pensar se vai ficar satisfeito com o resultado da operação. Se houver uma queda que não atinja a barreira, ele vai ganhar

5%. Imagine um mercado caindo 15% e o investidor lucrando 5%.

Trata-se de uma boa operação, ideal para o mercado de lado, onde não se tenha um susto com a possibilidade de se desarmar a barreira quando o mercado cair e nem com a possibilidade do mercado subir demais e o investidor perder a percepção de que a operação foi um bom negócio quando ele aceitou receber o cupom.

Quais são os cuidados que uma pessoa deve tomar para utilizar corretamente uma operação estruturada?

O ponto a ser explorado é conhecimento. É fundamental que a própria mesa de operações tenha um conhecimento muito profundo dessas operações para saber como cada estrutura funciona. Só assim se vai conseguir explicar para o cliente, de uma forma que ele compreenda, se aquilo de fato faz sentido ou não.

Se o operador não souber o que está colocando, o cliente pode terminar com uma percepção horrível, achando que perdeu dinheiro. Por exemplo, eu não posso travar o ganho de um cara, que tem um apetite gigantesco, com uma Collar, limitando o seu ganho e ignorando que se o mercado cair, ele vai lá e compra mais. Nós temos casos como esses. Para esse perfil de investidor, nós montamos uma operação para ele ganhar dinheiro se o mercado subir.

Se o investidor é conservador, nós vamos calibrar a sua proteção. Se ele é mais agressivo, nós abrimos mais a mão de proteção para que ele melhore o seu ganho.

Novo projeto de Toquinho é financiado com royalties musicais

Operação pode ter rentabilidade de até 21,86% ao ano

A Hurst Capital, plataforma de investimentos em ativos reais lançou, nestaa quinta-feira (29), a terceira operação de royalties musicais com obras do compositor e cantor Toquinho. O pacote reúne 21 fonogramas inéditos, cujos lançamentos tiveram início em 16 de setembro e serão concluídos até 8 de março de 2023. Eles fazem parte de um projeto de revisitação de músicas clássicas do cantor e compositor. Nele há a regravação de 'O velho e a flor', em parceria com Giulia Be, cujo lançamento já ocorreu. O projeto conta também com a participação de artistas como Caetano Veloso, Carlinhos Brown e Sandy, informou a Hurst.

O CEO da Hurst, Arthur Farache, lembra que esta é a terceira operação de royalties musicais com obras de Toquinho. "A ação se justifica pela importância do artista no cenário nacional e internacional e, principalmente, pelo sucesso das duas captações anteriores. Além disso, o compositor está entre aqueles cujas canções parecem não envelhecer", declarou Farache.

O catálogo completo adquirido pela Pastrami Entertainment, e que está à disposição dos investidores abrange 413 obras de autoria e coautoria do artista, entre elas Aquarela, Tarde em Itapuã, A Tonga da Mironga do Kabuletê, Carta ao Tom 74, O Pato e O Caderno.

A rentabilidade prevista da operação é de 17,45% ao ano. Em um cenário mais otimista a previsão de ganho é da ordem de 21,86% ao ano e na mais pessimista 8,52%. O aporte mínimo é de RR 10 mil e o prazo da operação é de 48 meses. "Toquinho se mostrou muito satisfeito com o projeto e com a operação envolvendo royalties musicais e entende que o trabalho representa uma nova etapa na carreira", revelou a plataforma de investimentos.

Participações

"O projeto tem 21 gravações com nove participações. A ideia é fazer uma coisa atual, uma sonoridade atual, sempre foi essa ideia da Hurst e minha. E a Giulia, além do talento dela, além da facilidade, da versatilidade, ela compõe bem essa expectativa da coisa nova. A gravação ficou muito adequada com a ideia do projeto, e ela foi escolhida por unanimidade para ser o lançamento do projeto", disse Toquinho.

Apesar de seu catálogo possuir idade média de 35 anos, o número de execuções é alto e estável. Para se ter uma ideia, no Youtube, a soma das cinco principais músicas do Toquinho apresenta mais de 100 milhões de visualizações. No Spotify são mais de 60 milhões. O que mostra um alcance ainda grande do artista nos dias atuais

Incentivo

"O sucesso das operações anteriores nos incentivou a lançar mais uma operação com obras do Toquinho porque não se trata mais apenas de credibilidade, mas da certeza de que o retorno será realmente bom para os investidores", afirma Farache.

Toquinho é conhecido por suas composições em parceria com Vinícius de Moraes, nos anos 1960 e 1970. Sua composição de maior sucesso é o hit infantil "Aquarela", lançado nos anos 1980 e que possui histórico consistente de reproduções até hoje, sendo constantemente incluída em trilhas sonoras, como a novela "Carrossel", em 2013.

A Hurst, primeira plataforma especializada em ativos alternativos do Brasil, é pioneira também neste segmento de royalties musicais. As primeiras operações tiveram início em 2019, por meio do braço Músicas do Brasil, e o interesse nesse tipo de investimento tem crescido de lá para cá. Além de Toquinho, já foram lançadas operações com obras de Luiz Avellar, Paulo Ricardo, entre outros. A Hurst já originou ativos de vários gêneros musicais como rock, sertanejo, forró, funk e MPB.

Fundada em 2017 por profissionais que vieram do mercado financeiro e que se dedicaram a criar tecnologia para originar, estruturar e distribuir ativos alternativos, como precatórios, recebíveis, imóveis e, mais recentemente, royalties de música, a Hurst declara que já originou mais de R$ 1 bilhão para mais de 30.000 investidores de 10 países.

Melhoria no ambiente de mercado atraiu investimentos para China

A economia privada da China registrou expansão na última década, graças a um ambiente melhor de mercado, disse a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (CNDR) em uma coletiva de imprensa. O número de empresas privadas mais do que quadruplicou, pulando de 10,85 milhões para 44,57 milhões nos últimos 10 anos, uma vez que um ambiente estimulante para a economia privada foi continuamente melhorado, disse a Comissão.

Como resultado de uma série de medidas pró-mercado, o ranking global da China para seu ambiente de negócios subiu para o 31º lugar no último ranking. Em 2013, o país estava na 96ª posição. Até o final de 2021, a China havia atraído mais de US$ 2,6 trilhões de investimento estrangeiro direto.

Uma crescente comunidade de empresas chinesas se aventurou no exterior. O número de empresas de financiamento chinês no exterior aumentou de quase 22 mil no final de 2012 para mais de 45 mil hoje, de acordo com a CNDR.

PMI

O índice de gerentes de compras (PMI, sigla em inglês) para o setor manufatureiro da China chegou a 50,1 em setembro, acima dos 49,4 em agosto, mostraram dados do Departamento Nacional de Estatísticas (DNE).

Uma leitura acima de 50 indica expansão, enquanto abaixo de 50 reflete contração. "À medida que as políticas e medidas para estabilizar a economia continuam a ter efeito este mês, e os efeitos negativos das ondas de calor diminuem, o PMI manufatureiro voltou ao território de expansão", disse o estatístico sênior do DNE, Zhao Qinghe.

O subíndice de produção atingiu 51,5 em setembro, alta de 1,7 ponto em relação ao mês passado. As demandas continuaram a melhorar, com o subíndice de novos pedidos subindo 0,6 ponto ante agosto para 49,8. Os dados de sexta-feira também mostraram que o PMI para o setor não manufatureiro da China ficou em 50,6 em setembro, abaixo dos 52,6 em agosto.

COMARCA DA CAPITAL-RJ.
JUÍZO DE DIREITO DA
QUADRAGÉSIMA SÉTIMA VARA CÍVEL

EDITAL DE 1º., 2º. LEILÃO PRESENCIAL E ONLINE e INTIMAÇÃO à LUIZ CARLOS ALVES DA SILVA, com o prazo de 05 (cinco) dias, extraído dos autos da Ação de Execução (Processo nº 0073003-58.2015.8.19.0001) proposta por GSR SHOPPING LTDA contra LUIZ CARLOS ALVES DA SILVA, na forma abaixo: A DRA. FLAVIA JUSTUS, Juíza de Direito da Vara acima, Faz Saber por este edital aos interessados, que nos dias **13.10.2022 e 20.10.2022, às 12:45 horas,** no escritório do Leiloeiro Público **RODRIGO LOPES PORTELLA,** inscrito na JUCERJA sob o nº 055**,** situado na Avenida Nilo Peçanha, nº 12, Grupo 810, Castelo, Rio de Janeiro, RJ, e simultaneamente através do site de leilões online: www.portellaleiloes.com.br, será apregoado e vendido o Imóvel situado na Rua Alfredo Azeredo, nº 485, Bonfim, Itaboraí, RJ.- Avaliação: R$ 315.925,08 (trezentos e quinze mil, novecentos e vinte cinco reais e oito centavos).- O edital na íntegra está afixado no Átrio do Fórum, nos autos acima, no site www.portellaleiloes.com.br e no site do Sindicato dos Leiloeiros do Rio de Janeiro www.sindicatodosleiloeirosrj.com.br.

AVAL INVEST PARTICIPAÇOES LTDA
CNPJ: 27.381.832/0001-51
NIRE: 33.2.1032656-2
ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS

Aos 17 (dezessete) dias do mês de junho de 2022, na sede social, sito à Avenida das Américas, 3301 bloco 05 lojas 104 e 105, na Barra da Tijuca, nesta cidade, reuniram-se às 14 hs em primeira chamada e às 14:30 hs em segunda chamada, sendo devidamente notificados e convocados individualmente, de forma pessoal, os sócios que representam a totalidade do capital social, assim como os representantes das pessoas jurídicas, da empresa Aval Invest Participações Ltda, sob a presidência do Sr. Humberto do Vale Marques Pinto, sócio administrador, que convidou a mim, Jader Carvalho da Costa, para secretariar a sessão. Abrindo os trabalhos, o Sr. Presidente fez ampla exposição sobre a necessidade da redução do capital social, uma vez que o valor foi considerado excessivo para a consecução do objeto social, e ainda que a maior parte ainda não foi totalmente integralizado. Posta em votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário para a lavratura desta ata. Reaberto os trabalhos, foi esta ata lida e aprovada por todos os presentes, os quais assinaram a respectiva Lista de Presença. Humberto do Vale Marques Pinto - sócio administrador

REIT SECURITIZADORA S.A.
CNPJ/ME nº 13.349.677/0001-81 - NIRE 33300303677

Edital de 2ª Convocação de Assembleia Geral de Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 11ª Série, da 2ª Emissão, da Reit Securitizadora S.A. ("Securitizadora"). A **Reit,** nos termos das cláusulas 10.2 e 10.4 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários Certificados de Recebíveis Imobiliários de sua 11ª Série, de sua 2ª Emissão (TS,"CRI" e "Emissão" respectivamente), firmado junto à Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de agente fiduciário da Emissão ("Agente Fiduciário"), vem, pelo presente, convocar os titulares de CRI, para a **Assembleia Geral de Titulares do CRI** ("AGT") a ser realizada, em 2ª convocação no dia **10/10/22, às 15h, de forma exclusivamente digital, através da plataforma eletrônica Microsoft Teams**, sendo o acesso disponibilizado individualmente aos titulares devidamente habilitados nos termos deste Edital, conforme autorizado pela Resolução CVM nº 60 de 23/12/2021 ("RCVM 60"). Assim, é realizada a 1ª convocação da referida AGT, restando fixadas as seguintes **Ordens do Dia:** (i) Aprovação ou não da Proposta de Conciliação Amigável, enviada por meio da Contranotificação encaminhada em 22/07/22, pelas Cedentes, ao Agente Fiduciário e à Reit; (ii) Aprovação, ou não, de contratação de assessor legal para defesa dos interesses dos titulares do CRI para perseguição e possível execução do valor da dívida decorrente da Emissão, conforme cotações a serem apresentadas na AGT, em virtude do término do prazo da Recompra Compulsória dos Créditos Imobiliários, deliberado na reabertura da AGT de 13/07/22; (iii) Aprovação, ou não, da alteração na redação das cláusulas 10.3 e 10.4 do TS, para que as futuras convocações de AGT passem a ser realizadas também nos termos do art. 26 da RCVM 60; (iv) Aprovação, ou não da alteração da redação das cláusulas 10.11 e 10.12 do TS para autorizar que as matérias ali discriminadas passarão a ser aprovadas, em 2ª convocação ou suas reaberturas, por Titulares de CRI que representem a maioria dos presentes; (v) Aprovar, ou não, que a Reit, em conjunto com o Agente Fiduciário, adote todas as providências necessárias para efetivar as deliberações, inclusive, a formalização de aditamentos aos documentos da Emissão; e (vi) Tomar ciência e definir as medidas a serem tomadas quanto aos documentos da operação pendentes de celebração em decorrência das repactuações deliberadas nas AGTs de 26/04/20 e 07/10/21, conforme lista a ser apresentada pelo Agente Fiduciário. **As deliberações constantes nos itens (i), (iii) e (iv) da Ordem do Dia, para serem aprovadas, deverão obter votos de titulares que representem 2/3 dos CRI em circulação**, **nos termos das cláusulas 10.11 e 10.14 do TS e a dos itens (ii), (v) e (vi), os votos de titulares que representem, pelo menos, 50% mais um dos CRI em circulação, conforme previsto na cláusula 10.10 do TS.** Na forma da RCVM 60, a AGT será realizada exclusivamente por meio da plataforma eletrônica Microsoft Teams, cujo acesso será disponibilizado àqueles que enviarem por correio eletrônico - ri@reit.com.br e contencioso@pentagonotrustee.com.br - os documentos que comprovem os poderes de representação dos titulares do CRI ou os documentos que comprovem sua condição de titulares dos CRI, até o horário da AGT. Serão aceitos como documentos de representação: a) **participante pessoa física** – cópia digitalizada de documento de identidade dos Titulares ou, caso representado por **procurador**, cópia digitalizada da procuração (i) com firma reconhecida, abono bancário ou assinatura eletrônica, ou (ii) acompanhada de cópia digitalizada do documento de identidade do titular; e b) **demais participantes** – cópia digitalizada do estatuto ou contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do titular, e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; ou, caso representado por procurador, cópia digitalizada da procuração (i) com firma reconhecida, abono bancário ou assinatura eletrônica, ou (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos do titular. Os termos que não se encontrem aqui expressamente definidos, terão o significado que lhes é atribuído nos documentos da Emissão. RJ, 30/09/22. **Reit Securitizadora S.A.**

JOCKEY CLUB BRASILEIRO

JOCKEY CLUB BRASILEIRO
CNPJ nº 33.621.756/0001-07

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE EXCLUSÃO DO QUADRO SOCIAL

O **JOCKEY CLUB BRASILEIRO** ("JCB"), em decorrência do término do prazo estabelecido no Edital de Notificação de Suspensão de Direitos Sociais publicado no dia 22/08/2022, sem a regularização das respectivas obrigações pecuniárias perante a Sociedade em conformidade com a decisão proferida em reunião conjunta da Diretoria e do Conselho Consultivo realizada no dia 28/09/2022, vem por meio deste dar ciência aos sócios efetivos adiante especificados acerca da sua exclusão do quadro social efetivo, a contar da data de emissão do presente Edital, de acordo com o previsto no artigo 35, §4º, do Estatuto: 1278, 3293, 4252, 5289, 5447, 5757, 6216, 6461, 6513, 6616, 6714, 6755, 6891, 7059, 7138, 7263, 7362, 7488, 7610, 7611, 7741, 7843, 7917, 7925, 7927, 8045, 8373, 8528, 8653, 8700, 8709, 8916, 9181, 9233, 9259, 9355, 9484, 9590, 9640, 9826, 9888, 9926, 10064, 10068, 10126, 10251, 10588, 10685, 10770, 10865, 10961, 11140, 11181, 11242, 11290, 11387, 11622, 12021, 12084, 12128, 12230, 12500, 12584, 12696, 12707, 12776, 12894, 12922, 13273, 13312, 13567, 13569, 13598, 13600, 13670, 13698, 13792, 13871, 13971, 13978, 14007, 14018, 14056, 14148, 14165, 14194, 14262, 14394, 14482, 14507, 14592, 14613, 14636, 14691, 14739, 14768, 14790, 14833, 14844, 15014, 15015, 15022, 15140, 15170, 15374, 15393, 15592, 15668, 15908, 16006, 16097, 16122, 16143, 16294, 16424, 16466, 16479, 16518, 16607, 16643, 16677, 16700, 16709, 16726, 16875, 16929, 16956, 16989, 17155, 17225, 17248, 17318, 17372, 17421, 17432, 17574, 17593, 17692, 17881, 17926, 18112, 18252, 18256, 18273, 18289, 18297, 18321, 18362, 18407, 18421, 18447, 18509, 18578, 18592, 18613, 18616, 18711, 18717, 18773, 18860, 18867, 18957, 19055, 19084, 19092, 19156, 19170, 19184, 19294, 19324, 19385, 19391, 19427, 19440, 19568, 19637, 19663, 19744 e 20470. E, por se encontrarem em lugar incerto e não sabido, ficam, pelo presente Edital, NOTIFICADOS sobre a sua exclusão do quadro social efetivo do JCB, conforme disposto no art. 35, § 4º do Estatuto, e da adoção das providências estabelecidas no § 5º (parte final) do referido artigo. Para ciência dos proprietários dos títulos de sócios efetivos acima especificados, é expedido o presente Edital.

ERRATA EDITAL EXPEDIDO EM 22/08/2022

O **JOCKEY CLUB BRASILEIRO** ("JCB"), após esgotados os meios cabíveis de notificação, ao proprietário do título de sócio efetivo número 18196, em conformidade com a decisão proferida em reunião conjunta da Diretoria e do Conselho Consultivo realizada no dia 27/07/2022, acerca da suspensão dos seus direitos sociais pelo prazo de 30 (trinta) dias, de acordo com o previsto no art. 35, § 3º, por infração ao disposto na letra "d", do art. 33, do Estatuto Social. E, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica, pelo presente Edital, NOTIFICADO sobre a suspensão dos seus direitos sociais na forma acima, ficando ressalvado que a referida suspensão será automaticamente cancelada, em caso de regularização do inadimplemento, em conformidade com previsto no §5º (parte inicial), do art. 35 do Estatuto. Fica ainda NOTIFICADO que, caso não seja providenciada a respectiva regularização dentro do prazo da suspensão, será excluído do quadro social do JCB, conforme disposto no art. 35, § 4º do Estatuto, mediante a adoção das providências estabelecidas no § 5º (parte final) do referido artigo. Para ciência do proprietário do título de sócio efetivo acima especificado, é expedido o presente Edital.

Rio de Janeiro, 30 de setembro de 2022.
Raul Lima Neto
Presidente

SANTA CATARINA, RESTAURANTE, ENTRETENIMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ nº 23.202.750/0001-41 - NIRE 333.0031761-9

Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. 1) Data, Hora e Local: 03/03/22, às 11h, na sede da Cia. **2) Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades previstas no art. 124 da Lei nº 6.404/76, haja vista a presenta de acionistas representando a totalidade do capital social da Sociedade. **3) Publicação de Documentos:** Publicados os documentos de que trata o art. 133, I e II da Lei nº 6.404/76, na edição de 22/02/22 do Jornal Monitor Mercantil, edição impressa e digital. **4) Mesa:** Sr. Paulo Henrique Figueira Todaro, como Presidente, que convocou o Sr. Luciano Daniel, como Secretário. **5) Ordem do Dia: Em AGO:** (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/21; e (ii) deliberar sobre a destinação do resultado relativo ao exercício findo em 31/12/21. **Em AGE:** (i) deliberar sobre a redução de capital da Cia, com restituição de valor aos acionistas; e (ii) alterar e consolidar o Estatuto Social da Cia de modo a refletir na sua cláusula 5º o novo capital social da Cia, caso reste aprovado a redução do capital proposta no item (i). **6) Deliberações:** Após a leitura da ordem do dia, os acionistas deliberam e aprovaram, por unanimidade e sem ressalvas, em: **AGO:** 6.1. Aprovar integralmente as contas dos administradores, o relatório da administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31/12/21. 6.2. Considerando o lucro a disposição da assembleia ao final do exercício de 2021 de R$ 1.445.179,09 os acionistas aprovaram a destinação da seguinte forma: R$ 72.258,95 para a conta da reserva legal, nos termos do artigo 193, da Lei nº 6.404/76; e R$ 1.372.920,14 para distribuição de dividendos na proporção às respectivas participações societárias, observado o disposto no Estatuto Social e no Acordo de Acionistas. **AGE:** 6.3. Autorizar a redução do capital social, que se encontra totalmente subscrito e integralizado, por ser excessivo às necessidades operacionais da Cia, passando dos atuais R$ 9.298.013,00 para R$ 7.670.933,14 com a respectiva redução no valor de R$ R$ 1.627.079,86 com restituição aos acionistas preferencialistas de parte do valor das ações proporcionalmente à importância das entradas, conforme disposto no art. 174 da Lei nº 6.404/76. 6.4. Em consequência da aprovação da matéria constante no item 6.3 acima, alterar o caput do art. 5 do Estatuto Social da Cia, de forma a refletir o novo capital social da Cia, que passará a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula 5. O capital social é de R$ 7.670.933,14 dividido em (i) 23.335.000 ações ordinárias, e (ii) 10.000.000 de ações preferenciais classe A, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas pelos acionistas e devidamente integralizadas em moeda corrente nacional". 6.5. Tendo em vista a deliberação acima, fica aprovada a consolidação do Estatuto Social da Cia, o qual passa a fazer parte integrante da presente ata como Anexo I. **7) Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a AGOE, lavrando-se esta ata que, após lida, foi aprovada e assinada por todos os presentes. Presidente: Paulo Henrique Figueira Todaro, Secretário: Marcelo José Vianna Torres. Acionistas: Marcelo José Vianna Torres, Albion Capital Ltda., São José de Comércio e Restaurante Ltda., Alberto Flores Camargo, André Tavares Andrade., CR4 Participações Ltda., Décio Luiz Alonso Gomes, Helena Carlos de Andrade Bokel, Marco Antonio Pereira de Souza, Luciano Daniel. RJ, 03/03/22. Mesa: **Paulo Henrique Figueira Todaro** – Presidente; **Luciano Daniel** – Secretário.

Fitch: 'AAA(bra)' à emissão de debêntures da Energisa

Distribuição é o negócio mais relevante, tem mais de 85% do Ebitda

A Fitch Ratings atribuiu, nesta sexta-feira, o Rating Nacional de Longo Prazo 'AAA (bra)' à proposta de 17ª emissão de debêntures da Energisa S.A., no montante de R$750 milhões. A proposta de emissão, da espécie quirografária, contará com duas séries, com vencimentos em 2027 e 2029. Os recursos serão destinados à gestão ordinária dos negócios da companhia.

Com sede em Minas Gerais, o Grupo Energisa é uma holding de capital aberto composta por 18 empresas, sendo 13 delas empresas de distribuição de energia elétrica, o que a torna o sexto maior Grupo de distribuição de energia do Brasil,

A Fitch classifica a Energisa e 11 de suas subsidiárias com o Rating Nacional de Longo Prazo 'AAA(bra)', Perspectiva Estável. A Energisa e outras três subsidiárias também são avaliadas com os IDRs (Issuer Default Ratings – Ratings de Inadimplência do Emissor) de Longo Prazo em Moeda Estrangeira 'BB' e Moeda Local 'BB+', ambos com Perspectiva Estável.

O IDR em Moeda Estrangeira de quatro companhias do grupo (Energisa, Energisa Paraíba Distribuidora de Energia S.A. (Energisa Paraíba), Energisa Sergipe Distribuidora de Energia S.A. (Energisa Sergipe) e Energisa Minas Gerais Distribuidora (EMG)) é limitado pelo Teto-país do Brasil, 'BB', e a sua Perspectiva Estável acompanha a do rating soberano brasileiro, 'BB-'. A equalização dos ratings da Energisa e de suas subsidiárias reflete, principalmente, os elevados incentivos legais que a holding tem para lhes prestar suporte, caso necessário.

O relatório da Fitch destacou que o perfil de crédito do grupo Energisa é beneficiado por sua diversificada carteira de concessões no setor brasileiro de energia elétrica. Seus índices consolidados de alavancagem devem diminuir com o aumento do consumo de energia no Brasil e a contribuição de novos ativos de transmissão para o Ebitda. A Fitch acredita que o grupo manterá seu amplo acesso ao mercado de dívidas para atender suas necessidades de refinanciamento e investimento.

Fundamentos

O perfil de crédito da Energisa é beneficiado por uma diversificada carteira de concessões no segmento de distribuição, o que dilui seus riscos operacionais e regulatórios. O grupo possui concessões em quatro regiões do Brasil, por meio de 11 distribuidoras. As concessionárias podem repassar custos não administráveis às tarifas, embora haja exposição à volatilidade de demanda e aos processos de revisão tarifária periódica. A distribuição de energia deve continuar sendo o negócio mais relevante do grupo, respondendo por mais de 85% do Ebitda até 2025, mesmo com o aumento da presença do grupo no segmento de transmissão.

A Energisa possui cinco linhas de transmissão em fase pré-operacional e recentemente concluiu a construção de outras quatro e anunciou a aquisição de mais quatro. Uma foi adquirida com a compra da Geogroup Paranaíta Transmissora de Energia SPE S.A. (SPE Paranaíta), e as três restantes com a aquisição da Gemini Energy S.A. (Gemini). Os ativos deste segmento, quando operacionais, reduzirão o risco de negócio do grupo. Com a conclusão da transação com a Gemini, em junho, a Receita Anual Permitida (RAP) dos ativos operacionais do grupo alcançou R$ 635 milhões (ciclo 2022/2023), corrigidos anualmente pela inflação, sem exposição a risco de demanda.

A agência de classificação de riscos de crédito mostra que o consumo de energia nas principais áreas de concessão da Energisa deve ser beneficiado por condições econômicas mais favoráveis do que as da média nacional, principalmente devido à força do agronegócio. O cenário-base da Fitch considera um crescimento médio anual do consumo de energia nas áreas de concessão do grupo de 1,4%, de 2022 a 2024. No primeiro semestre de 2022, o volume na área de concessão da Energisa cresceu 1,9%, ante a alta média nacional de 1,0%.

Os ratings da Energisa são beneficiados pelo desempenho operacional de suas distribuidoras, destacou o relatório. No período de 12 meses encerrado em junho de 2022, o Ebitda combinado das 11 companhias foi de R$ 5,5 bilhões, frente a um Ebitda regulatório de R$ 3,3 bilhões. Os investimentos previstos devem aprimorar a eficiência operacional e reduzir as perdas de energia. Os reajustes tarifários indexados ao Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) das três principais distribuidoras do grupo, aplicados em 2021 e 2022, impulsionarão o Ebitda consolidado do grupo para R$5,6 bilhões este ano e R$6,4 bilhões em 2023.

O plano de investimentos do grupo, de R$ 12,6 bilhões de 2022 a 2024, deve tornar o fluxo de caixa livre (FCF) consolidado da Energisa negativo nos próximos anos. Em 2022, a recomposição de caixa de ativos setoriais, principalmente para compensar os custos de energia mais altos em 2021, trará algum alívio. O montante a ser recuperado totalizou R$2,5 bilhões ao final de 2021, e a Fitch considera seu reembolso em 2022, sendo R$985 milhões por meio da Conta de Escassez Hídrica e o restante, via tarifas. Para o ano, o Ebitda e o fluxo de caixa das operações (CFFO) devem alcançar R$ 5,6 bilhões e R$ 5,4 bilhões, respectivamente, com FCF negativo de R$ 1,1 bilhão após investimentos de R$ 5,0 bilhões e distribuição de dividendos de R$ 1,5 bilhão. O FCF consolidado deve permanecer negativo em R$1,3 bilhão em 2023 e 2024, incorporando pagamento de dividendos equivalentes a 50% do lucro líquido.

A Fitch equaliza os IDRs da Energisa Paraíba, da Energisa Sergipe e da EMG e os ratings em escala nacional das 11 subsidiárias classificadas com os ratings da Energisa. Isto reflete, principalmente, os elevados incentivos legais que a holding tem para prestar suporte a estas empresas em um cenário de estresse.

A Energisa consolida as subsidiárias e garante parcela significativa de suas dívidas. Além disso, há cláusulas de inadimplência cruzada em alguns instrumentos de dívida do grupo. A Fitch também considera as subsidiárias, que são administradas de forma centralizada, inseridas no core business da companhia.

SOCIEDADE TÉCNICA MONTEIRO ARANHA S.A.

CNPJ 33.053.976/0001-81

RELATÓRIO DA DIRETORIA: Senhores Acionistas: Cumprindo disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A., referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. A Diretoria permanece à inteira disposição dos Senhores Acionistas para prestar quaisquer esclarecimentos que desejarem ou se tornarem necessários. **A Diretoria.**

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2021 (Em MR$)

ATIVO	2021	2020
Circulante	**17.412**	**187.915**
Disponibilidades	398	164.480
Tributos a recuperar	17.010	16.014
Dividendos e JCP a receber	–	1.640
Contas a receber	4	5.210
Despesas Antecipadas	–	571
Não Circulante	**1.938**	**220.086**
Investimentos:		
Participações em coligadas	585	218.852
Propriedade para Investimento	1.017	1.000
Imobilizado	336	234
Total do Ativo	**19.350**	**408.001**

PASSIVO	2021	2020
Circulante	**25.505**	**364.193**
Contas a pagar	46	20
Obrigações sociais e trabalhistas	1	4
Tributos a recolher	10	195
Empréstimos nacionais	–	363.974
Empréstimos estrangeiros	23.986	–
Obrigações com Operações Financeiras	1.462	–
Não Circulante	**1.091**	**1.342**
Partes relacionadas	1.091	1.342
Patrimônio Líquido	**(7.246)**	**42.466**
Capital social	624	71.349
Ajuste de Avaliação Patrimonial	24	(4.663)
Prejuízos acumulados	(7.894)	(24.220)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**19.350**	**408.001**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2021 (Em MR$)

Receitas (Despesas) Operacionais	2021	2020
De participações societárias:		
Equivalência patrimonial	130.291	(1.503)
Administrativas e gerais	(4.471)	(2.830)
Outras receitas (despesas) operacionais:		
Baixa de investimentos	(94)	–
Ajuste de reclassificação de ativo	(924)	–
Alienação de imobilizado	30	–
Perda de imobilizado	–	(10)
Outras receitas	–	28
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro	**124.832**	**(4.315)**
Receitas Financeiras	9.936	59.519
Despesas Financeiras	(24.665)	(66.683)
Resultado antes do IR e CSLL	**110.103**	**(11.479)**
Lucro (Prejuízo) do Exercício	**110.103**	**(11.479)**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31/12/2021 (Em MR$)

	Capital Social	Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total Geral
Saldo em 31/12/2019	**71.349**	**–**	**(2.623)**	**(12.746)**	**55.980**
Ajuste Exercícios Anteriores Reflexo Investidas	–	–	–	5	**5**
Ajuste de Avaliação Patrimonial Reflexo Investidas	–	–	(2.040)	–	**(2.040)**
Prejuízo do exercício	–	–	–	(11.479)	**(11.479)**
Saldo em 31/12/2020	**71.349**	**–**	**(4.663)**	**(24.220)**	**42.466**
Ajuste Exercícios Anteriores Reflexo Investidas	–	–	–	8	**8**
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	121.236	–	–	**121.236**
Aumentos de Capital	336.694	(121.236)	–	(93.785)	**121.673**
Reduções de Capital	(407.419)	–	–	–	**(407.419)**
Ajuste de Avaliação Patrimonial Reflexo Investidas	–	–	4.687	–	**4.687**
Lucro do exercício	–	–	–	110.103	**110.103**
Saldo em 31/12/2021	**624**	**–**	**24**	**(7.894)**	**(7.246)**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1) Contexto operacional: A empresa tem como objeto social a administração de seu patrimônio imobiliário, bem como o desenvolvimento e a incorporação de empreendimentos imobiliários, destinados à compra e venda. **2) Principais políticas contábeis:** O resultado é apurado pelo regime de competência. Os ativos circulante e não circulante são apresentados ao valor de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos computados até a data do balanço. O imobilizado é mensurado pelo valor de custo histórico menos depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. Os passivos circulante e não circulante são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. **3) Disponibilidades (Caixa e equivalentes de caixa):** A Companhia mantém aplicações financeiras em investimentos que, devido ao baixo risco e liquidez imediata, são considerados como equivalentes de caixa. O quadro abaixo apresenta os saldos desses ativos:

	Saldo 2021	Saldo 2020
Caixa e Bancos	7	8
CDB	–	164.472
Fundo renda fixa	391	–
	398	**164.480**

4) Tributos a recuperar: Em 2021, conta principalmente representada por imposto de renda retido na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras e recebimentos de Juros sobre Capital Próprio (JCP). Em 2020, conta principalmente representada por imposto de renda retido na fonte sobre recebimentos decorrentes de derivativo de hedge (SWAP) e de JCP. O quadro abaixo apresenta o saldo dos tributos a recuperar:

	Saldo 2021	Saldo 2020
IRPJ	17.010	16.003
CSLL	–	11
	17.010	**16.014**

5) Investimentos: Transações ocorridas em 2021: Em 2021, a Companhia adquiriu 1.262.866 ações de emissão da Monteiro Aranha S.A., mediante lançamento em Oferta Pública de Ações, passando a deter, a partir de então, o total de 3.232.825 ações ordinárias, equivalentes a 26,39% do capital social da investida. Em 2021, foi realizada a redução de capital da Companhia **(nota explicativa 9)**. Transcorrido o prazo de manifestação de credores, os acionistas receberam a totalidade de participação no capital social da Monteiro Aranha S.A. detida pela Companhia, dessa forma o investimento deixou de fazer parte de sua carteira. Em 2021, foi realizado o aumento de capital da Companhia **(nota explicativa 9)**, mediante versão de 100.000 *units* de Klabin S.A. de propriedade dos acionistas, equivalentes a 0,009% do capital social dessa investida. O investimento em Klabin S.A., sociedade anônima de capital aberto, é avaliado por influência significativa. **Transações ocorridas em 2020:** Em 2020, os investimentos são representados principalmente pela participação no capital social da Monteiro Aranha S.A., sociedade anônima de capital aberto, reconhecida inicialmente pelo seu valor de custo e avaliada pelo método de equivalência patrimonial. Em 31/12/2020 a empresa detém 1.969.959 ações de emissão da Monteiro Aranha S.A. com o percentual de participação de 16,08%. **6) Empréstimos:** A Companhia contratou empréstimos estrangeiros em 2021 e nacionais e estrangeiros em 2020 para aquisição de ações de emissão de Monteiro Aranha S.A. Em 2021, a Companhia quitou os empréstimos nacionais contratados em 2020 e contratou empréstimos estrangeiros junto aos bancos Itaú Unibanco S.A. (Nassau) e Itaú BBA International PLC (Londres), sendo ambos convertidos de euros para reais. Em 2020, a Companhia quitou todos os empréstimos internacionais contratados em 2019 e 2020. Os empréstimos internacionais contratados junto ao Itaú BBA International PLC (Londres) são convertidos de euros e dólares americanos para reais. O empréstimo internacional contratado junto ao Itaú Unibanco S.A. (Nassau) é convertido de euros para reais. O empréstimo internacional contratado com o Santander é em reais e não houve sobre este o impacto de variações cambiais. Os quadros abaixo apresentam os saldos desses empréstimos:

Empréstimos Nacionais (Em MR$)

	2021				2020				
	Banco ABC	Banco Itaú	Banco BTG	TOTAL	Banco ABC	Banco Santander	Banco Itaú	Banco BTG	TOTAL
Saldo Inicial	30.294	308.671	25.009	**363.974**	32.129	–	–	–	**32.129**
Captações	–	–	–	**–**	30.000	10.005	306.000	25.000	**371.005**
Juros incorridos	1.282	11.352	1.141	**13.775**	476	274	4.263	9	**5.022**
Amortizações	(31.576)	(320.023)	(26.150)	**(377.749)**	(32.311)	(10.279)	(1.592)	–	**(44.182)**
Saldo Final	**–**	**–**	**–**	**–**	**30.294**	**–**	**308.671**	**25.009**	**363.974**

Empréstimos Estrangeiros (Em MR$)

	2021			2020			
	Itaú Nassau	Itaú Londres	TOTAL	Itaú Nassau	Itaú Londres	Santander Lux.	TOTAL
Saldo Inicial	–	–	**–**	12.301	73.805	10.126	**96.232**
Captações	15.000	25.000	**40.000**	–	55.000	–	**55.000**
Juros incorridos	124	293	**417**	19	1.769	169	**1.957**
Variações Cambiais	(1.733)	(1.083)	**(2.816)**	452	41.673	–	**42.125**
Amortizações	(13.391)	(224)	**(13.615)**	(12.772)	(172.247)	(10.295)	**(195.314)**
Saldo Final	**–**	**23.986**	**23.986**	**–**	**–**	**–**	**–**

7) Créditos e obrigações com operações financeiras (SWAP): Para cada um dos empréstimos em moeda estrangeira foram firmados contratos de SWAP, a fim de proteger a Companhia das variações cambiais, tendo posição ativa em moeda estrangeira com taxa de juros correspondente à taxa efetiva do empréstimo estrangeiro e posição passiva em taxa de juros pós-fixada. A Companhia não utiliza a contabilidade de hedge para nenhuma de suas operações de proteção, desta forma com relação a aplicação dos requisitos de hedge da IFRS 9, não houve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. **8) Obrigações com partes relacionadas:** Representadas pelas obrigações com diretores e acionistas. **9) Capital Social:** O capital subscrito e integralizado em 31/12/2021 está representado por 1.247.460 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal. Em 2021, a Companhia realizou aumento de seu capital no montante de R$ 93.785 mil (noventa e três milhões, setecentos e oitenta e cinco mil reais), mediante capitalização dos lucros acumulados constantes nas demonstrações financeiras de 30/06/2021, sem emissão de novas ações. Em 2021, a Companhia realizou aumento de seu capital no montante de R$ 242.385 mil (duzentos e quarenta e dois milhões, trezentos e oitenta e cinco mil reais), mediante capitalização de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) e dos créditos detidos pelos acionistas da Companhia, com subscrição privada de 24.564.185.018 novas ações ordinárias e sem valor nominal. Em 2021, foi realizada a redução de capital da Companhia, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, no valor de R$ 407.419 mil (quatrocentos e sete milhões quatrocentos e dezenove mil reais), sem o cancelamento de ações, mediante transferência de 3.232.825 ações de Monteiro Aranha S.A., totalidade da participação detida pela Companhia no capital social dessa investida. Em 2021, a Companhia realizou o grupamento de ações na proporção de 214.314 ações para 1, passando o número de ações representativo do capital da Companhia a ser de 200.280 ações ordinárias e sem valor nominal. Em 2021, a Companhia realizou aumento de seu capital no montante de R$ 524 mil (quinhentos e vinte e quatro milhões de reais), mediante emissão de 1.047.180 novas ações ordinárias e sem valor nominal, subscritas privadamente e integralizadas mediante versão de 100.000 *units* de Klabin S.A. de propriedade dos acionistas, na proporção detida por cada um deles no capital social da Companhia. O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2020 está representado por 18.358.683.687 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal. **10) Resultado do exercício:** A empresa apresentou lucro de R$ 110.103 mil (cento e dez milhões, cento e três mil reais) no exercício de 2021. **(a) Resultado financeiro:** O quadro abaixo apresenta o saldo do resultado financeiro:

	Saldo 2021	Saldo 2020
Receitas financeiras	**9.936**	**59.519**
Rendimentos s/ aplicações financeiras	672	805
Derivativo SWAP	3.107	51.195
Variações cambiais	5.516	7.322
Juros s/ impostos a recuperar	641	197
Despesas financeiras	**(24.665)**	**(66.683)**
Derivativo SWAP	(7.206)	(10.257)
Juros s/ empréstimos nacionais	(13.774)	(5.022)
Juros s/ empréstimos estrangeiros	(418)	(1.957)
Variações cambiais	(2.699)	(49.447)
Outras despesas financeiras	(568)	–
Resultado financeiro líquido	**(14.729)**	**(7.164)**

Domiciano Sá - Diretor. **Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello** - Diretor. **Joaquim Alvaro Monteiro de Carvalho** - Diretor.
Sergio Francisco Monteiro de Carvalho Guimarães - Diretor.
Joyce Pereira da Silva - Contadora - CRC: RJ-129581/O-9 - CPF: 165.551.977-81.

Estudos de tokenização de ativos ganham abordagem especial

Ecossistema cripto e novos produtos financeiros no portal da Anbima

O tema finanças descentralizadas foi inserido no Portal da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima). A página concentra todo o material já produzido sobre o assunto pela associação. Por lá estão disponíveis estudos, vídeos, documentos, entrevistas, entre outros.

A maior parte deste material foi produzida ao longo deste ano em um projeto sob coordenação do Grupo Consultivo de Inovação, que faz parte do planejamento estratégico de 2022 da Anbima. O objetivo foi produzir e disseminar conhecimento sobre finanças descentralizadas, gerando insumos para construção de uma agenda institucional de atuação sobre o tema. Esse trabalho começou com o mapeamento de tendências e impactos sobre a indústria e se aprofundou em temas transversais, como tokenização, o ecossistema cripto e novos produtos financeiros.

Os estudos produzidos estão disponíveis na página em formato de videoaulas apresentados pelos consultores. Eles se aprofundam em dois temas: Tokenização de títulos e valores mobiliários e Ecossistema cripto e novos produtos financeiros. O material pode ser acessado em https://www.anbima.com.br/pt_br/especial/financas-descentralizadas.htm.

O estudo sobre Tokenização de títulos e valores mobiliários, ou seja, a transformação de ativos "físicos" em ativos digitais, partiu da avaliação de projetos de tokenização em todo o mundo e de discussões com especialistas do mercado brasileiro. Segundo Ricardo Heidel, sócio da Accenture que conduziu os trabalhos, os projetos de tokenização precisam resolver alguma ineficiência específica do sistema tradicional para conseguirem apoio do mercado e do regulador. "Para ser bem-sucedido, o projeto deve atacar dores reais e não focar apenas em substituir tecnologias", explica. Com isso em mente, foram identificadas oportunidades para diversos ativos do mercado brasileiro. Para FIDCs, CCBs e cotas de fundos fechados, por exemplo, a tokenização ampliaria o acesso e viabilizaria um mercado secundário.

Já o trabalho sobre o Ecossistema cripto e novos produtos financeiros, apresentado por Courtnay Guimarães, da Avanade, mostrou que 295 milhões de pessoas ao redor do mundo detêm cerca de US$ 900 bilhões em criptoativos. Para desenvolvimento deste mercado, a indefinição regulatória foi considerada o principal ponto de preocupação. No Brasil, as discussões do Projeto de Lei 4401, em tramitação no Congresso, devem trazer avanços, mas há baixa previsibilidade sobre os desdobramentos futuros.

Além dos estudos, também é possível rever lives e workshops, baixar os estudos em PDF e conferir o nosso mapa do ecossistema cripto brasileiro.

Déficit das contas públicas chega a R$ 30,2 bi

As contas públicas fecharam agosto com saldo negativo, resultado, principalmente, do aumento das despesas com pagamentos de precatórios pelo Tesouro Nacional. O setor público consolidado, formado por União, estados, municípios e empresas estatais, registrou déficit primário de R$ 30,27 bilhões no mês passado, ante superávit primário de R$ 16,72 bilhões em agosto de 2021.

Os dados foram divulgados nesta sexta-feira pelo Banco Central (BC). O déficit primário representa o resultado negativo das contas do setor público (despesas menos receitas), desconsiderando o pagamento dos juros da dívida pública.

Em 12 meses, encerrados em agosto, as contas acumulam superávit primário de R$ 183,54 bilhões, o que corresponde a 1,97% do Produto Interno Bruto (PIB, soma de todos os bens e serviços produzidos no país). No ano, de janeiro a agosto, há superávit de R$ 120,05 bilhões, ante resultado positivo de R$ 1,23 bilhão no mesmo período do ano passado.

A meta para as contas públicas deste ano, definida na Lei de Diretrizes Orçamentárias, é de déficit primário de R$ 177,5 bilhões para o setor público consolidado. Em 2021, as contas públicas fecharam o ano com superávit primário de R$ 64,7 bilhões, 0,75% do PIB. Foi o primeiro ano de resultados positivos nas contas do setor público, após 7 anos de déficit. Em 2020, as contas públicas tiveram déficit primário recorde de R$ 702,950 bilhões, 9,41% do PIB, em razão dos gastos com a pandemia da Covid-19.

No mês passado, o Governo Central (Previdência, Banco Central e Tesouro Nacional) apresentou déficit primário de R$ 49,77 bilhões ante o déficit de R$ 11,09 bilhões de agosto de 2021. A explicação são as despesas que cresceram mais que as receitas em agosto.

AÇOS LAMINADOS DO PARÁ S.A.
(Companhia Fechada)
CNPJ/ME nº 10.335.963/0001-08 - NIRE nº 33.3.0028795-7
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, REALIZADA EM 06 DE SETEMBRO DE 2022
No dia 06 de setembro de 2022, às 10:00 horas, foi realizada a assembleia geral ordinária da Aços Laminados do Pará S.A. ("Companhia" ou "ALPA"), de forma digital, e aprovou: **(a)** o Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **(b)** a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; e **(c)** a fixação da remuneração global e anual dos administradores para o exercício de 2021. O ato foi registrado na **JUCERJA** sob o número 00005109593 em 27/09/2022, e sua versão na íntegra está disponível no site do jornal: https://monitormercantil.com.br/caderno-digital.

ENEVA S.A.
CNPJ/ME: 04.423.567/0001-21
NIRE 33.3.0028402-8
Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA SEGUNDA SÉRIE DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM TRÊS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA ENEVA S.A.
Ficam convocados os senhores titulares das debêntures em circulação (em conjunto, "Debenturistas") da Segunda Série da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, para distribuição pública com esforços restritos, da **Eneva S.A.** ("Emissão", "Debêntures" e "Companhia", respectivamente), emitidas nos termos da "*Escritura Particular da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Três Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Eneva S.A.*", celebrada em 14 de maio de 2019, entre a Companhia e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, conforme aditada em 27 de maio de 2019 e 29 de maio de 2019 ("Escritura de Emissão" e "Agente Fiduciário", respectivamente) para se reunirem no dia 20 de outubro de 2022, às 15:00 horas, em Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD"), a ser realizada de modo exclusivamente digital, através da plataforma "Zoom" nos termos do art. 71, § 2º, da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), para deliberar sobre as seguintes **ORDENS DO DIA**: **(1)** Nos termos das Cláusulas 10.4.1 e 10.4.5. da Escritura de Emissão, pedido da Companhia, aos Debenturistas, para: (a) consentimento prévio para ajuste na definição de EBITDA (conforme definido na Cláusula 7.2.1 da Escritura de Emissão) para fins de apuração do Índice Financeiro (conforme definido na Cláusula 7.2 item (xii) da Escritura de Emissão), nos termos descritos na proposta da Administração, disponível nas respectivas páginas do Agente Fiduciário (https://www.pentagonotrustee.com.br), da Companhia (https://ri.eneva.com.br/) e da CVM na rede mundial de computadores (https://www.gov.br/cvm/pt-br) ("Proposta da Administração"); (b) consentimento prévio para perdão temporário (*waiver*) para a não caracterização de Evento de Inadimplemento (conforme definido na Cláusula 7.2 item (xii) da Escritura de Emissão) em caso de descumprimento do Índice Financeiro para os períodos de 30 de setembro de 2022 até 30 de junho de 2024, desde que o Índice Financeiro apurado nos referidos períodos não ultrapasse os valores máximos descritos na Proposta da Administração; e (c) consentimento prévio para realização de qualquer uma das seguintes operações, e independentemente de quais sejam as contrapartes da Companhia na referida operação: (1) cisão da Companhia, em que a parcela cindida contenha exclusivamente Ativos de Carvão; (2) cisão da Companhia, em que a parcela cindida contenha exclusivamente participações societárias em sociedades controladas da Emissora cuja principal atividade (direta ou indireta, por meio de outros veículos) seja relacionada a Ativos de Carvão; (3) fusão, incorporação ou incorporação de ações, por qualquer sociedade terceira que não seja parte do grupo econômico da Companhia, de controladas da Companhia cuja principal atividade (direta ou indireta, por meio de outros veículos) seja exclusivamente relacionada a Ativos de Carvão (em conjunto, "Reorganizações Societárias Permitidas - Carvão"); ou (4) redução do capital social da Companhia, realizada exclusivamente em decorrência de uma Reorganização Societária Permitida – Carvão, de forma que fiquem desde já expressamente aprovadas a realização de qualquer Reorganização Societária Permitida – Carvão ou redução de capital realizada exclusivamente em decorrência de uma Reorganização Societária Permitida – Carvão; e **(2)** autorização para o Agente Fiduciário praticar, em conjunto com a Companhia, todos os demais atos eventualmente necessários de forma a refletir as deliberações tomadas de acordo com o item (1) acima. Em contrapartida pelos consentimentos prévios solicitados nos termos deste edital, poderá ser deliberado na AGD o pagamento de contraprestação econômica aos Debenturistas, nos prazos, montantes e formas a serem definidos de comum acordo entre a Companhia e os Debenturistas na AGD (feeung, contraprestações econômicas por meio do pagamento de *waiver fee e/ou* incidência e cobrança de prêmio extraordinário e/ou aumento temporário ou permanente dos Juros Remuneratórios e/ou outras formas que venham a ser deliberados na AGD). Informações Gerais: Os Debenturistas interessados em participar da AGD por meio da plataforma "Zoom" deverão solicitar o cadastro para a Companhia com cópia para o Agente Fiduciário, para os endereços eletrônicos assembleia.segundaemissao@eneva.com.br e assembleias@pentagonotrustee.com.br, preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da data de realização da AGD, manifestando seu interesse em participar da AGD e solicitando o link de acesso ao sistema ("Cadastro"). A solicitação de Cadastro deverá (i) conter a identificação do Debenturista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à AGD, incluindo seus (a) nomes completos, (b) números do CPF ou CNPJ, conforme o caso, (c) telefone, (d) endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na AGD, conforme detalhado abaixo. A participação e voto na AGD serão feitos por meio da plataforma "Zoom", não havendo a possibilidade de participação por meio do envio de instrução de voto. Nos termos do artigo 126 e 71 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), para participar da AGD deverão encaminhar à Companhia e ao Agente Fiduciário (i) cópia do documento de identidade do debenturista, representante legal ou procurador (Carteira de Identidade Registro Geral (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); (ii) comprovante atualizado da titularidade das Debêntures, expedido pela instituição escrituradora, o qual recomenda-se tenha sido expedido, no máximo, 5 (cinco) dias antes da data da realização da AGD; e (iii) caso o Debenturista seja representado por um procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na AGD. O representante do Debenturista pessoa jurídica deverá apresentar, ainda, cópia dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente (Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial competente, conforme o caso): (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à assembleia geral como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente o Debenturista pessoa jurídica, sendo admitida a assinatura digital. Com relação aos fundos de investimento, a representação dos cotistas na AGD caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, § 1º da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, §1º e §2º da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, que deverão incluir poderes para aprovar os termos finais a serem deliberados na AGD. Validada a sua condição e a regularidade dos documentos pela Companhia após o Cadastro, o Debenturista receberá, até 24 horas antes da AGD, as instruções para acesso à plataforma "Zoom". Caso determinado Debenturista não receba as instruções de acesso com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início da AGD, deverá entrar em contato com a Companhia, por meio do e-mail assembleia.segundaemissao@eneva.com.br, com até 4 (quatro) horas de antecedência do horário de início da AGD, para que seja prestado o suporte necessário. A administração da Companhia reitera aos Senhores Debenturistas que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à AGD, uma vez que essa será realizada exclusivamente de modo digital. Na data da AGD, o *link* de acesso à plataforma "Zoom" estará disponível a partir de 15 (quinze) minutos de antecedência e até 10 (dez) minutos após o horário de início da AGD, sendo que o registro da presença somente se dará conforme instruções e nos horários aqui indicados. Após 10 (dez) minutos do início da AGD, não será possível o ingresso do Debenturista na AGD, independentemente da realização do cadastro prévio. Assim, a Companhia recomenda que os Debenturistas acessem a plataforma digital para participação da AGD com pelo menos 15 (quinze) minutos de antecedência. Eventuais manifestações de voto na AGD deverão ser feitas exclusivamente por meio do sistema de videoconferência, conforme instruções detalhadas a serem prestadas pela mesa no início da AGD. Dessa maneira, o sistema de videoconferência será reservado para acompanhamento da AGD, acesso ao vídeo e áudio da mesa, bem como visualização de eventuais documentos que sejam compartilhados pela mesa durante a AGD, sem a possibilidade de manifestação. A Companhia ressalta que será de responsabilidade exclusiva do Debenturista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da plataforma digital e com o acesso à videoconferência. A Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Companhia. Ressalta-se que os Debenturistas poderão participar da AGD ainda que não realizem o cadastro prévio acima referido, bastando apresentarem os documentos em **até 60 (sessenta) minutos** antes do início da AGD, conforme art. 72, § 2º, da Resolução CVM 81. Este Edital se encontra disponível nas respectivas páginas do Agente Fiduciário (https://www.pentagonotrustee.com.br/), da Companhia (https://ri.eneva.com.br/) e da CVM na rede mundial de computadores (https://www.gov.br/cvm/pt-br). Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente aqui definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão.
Rio de Janeiro, 29 de setembro de 2022.
Marcelo Habibe - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

LEILOEIRA PÚBLICA OFICIAL SANDRA REGINA SEVIDANES
Matricula 165 - JUCERJA
Leilão presencial e online 07/2022: a ser realizado em **25/10/2022**, às 10:00h, veículos conservados e sucatas inservíveis, Estrada Governador Chagas Freitas, nº 2.700, CEP 27.351-720 - Colônia - Barra Mansa - RJ (**Salão de Festas - Joana Reis Buffet**). Descrição detalhada e termo de condições do leilão em **www.brbid.com** (21) 4141-9041/9042.

SF INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA
CNPJ: 41.991.821/0001-14
MATRICULA: 283.899
ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS
Aos 15 (quinze) dias do mês de agosto de 2022, na sede social, sito à Avenida das Américas, 3301 bloco 05 lojas 104 e 105, na Barra da Tijuca, nesta cidade, reuniram-se às 14 hs em primeira convocação e às 14:30 hs em segunda convocação, sendo devidamente notificados e convocados individualmente, de forma pessoal, os sócios que representam a totalidade do capital social da sociedade, assim como os representantes das pessoas jurídicas, da empresa SF INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, sob a presidência do Sr. Fernando Rezende Pereira dos Santos, sócio administrador, que convidou a mim, Jader Carvalho da Costa, para secretariar a sessão. Abrindo os trabalhos, o Sr. Presidente fez ampla exposição da necessidade da sociedade reduzir o seu capital social, uma vez que o valor foi considerado excessivo para a consecução do seu objetivo social, acrescentando que a maior parte ainda não foi totalmente integralizado. Posta em votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário para a lavratura desta ata. Reaberto os trabalhos, foi esta ata lida e, achada conforme, aprovada por todos os presentes. Fernando Rezende Pereira dos Santos - sócio administrador.

DOMMO ENERGIA S.A.
CNPJ/MF nº 08.926.302/0001-05
Companhia Aberta - B3: DMMO3
NIRE 33.3.0030439-8
Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária
A administração da **Dommo Energia S.A.** ("Dommo" ou "Companhia") nos termos da legislação aplicável e do Estatuto Social da Dommo, convoca os Acionistas da Companhia para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária no dia 24 de outubro de 2022, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na Rua Lauro Müller, nº 116, 12º andar, sala 1.201, Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** deliberar sobre o protocolo e justificação da incorporação da totalidade das ações ordinárias que compõe o capital social da Dommo ao patrimônio de Petro Rio OPCO Exploração Petrolífera S.A. ("OpCo") ("Incorporação de Ações"), celebrado em 1 de outubro de 2022 entre as administrações da Companhia e da OpCo, com a interveniência da Prisma Capital Ltda., da PSS Petro LLC e da Petro Rio S.A. ("Protocolo e Justificação"), e sobre a Incorporação de Ações; **(ii)** autorizar a administração da Dommo a praticar todos os atos necessários à consumação da Incorporação de Ações, incluindo, sem limitação, a subscrição e integralização das ações a serem emitidas por OpCo por conta e ordem dos acionistas da Dommo. **Instruções Gerais:** Todos os documentos pertinentes às matérias que compõe a ordem do dia da Assembleia Geral Extraordinária estão disponíveis para consulta na sede e no site de Relações com Investidores da Companhia (www.dommoenergia.com.br/ri) e nos sites da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 (www.b3.com.br). Informações detalhadas sobre a documentação necessária para participação na Assembleia Geral Extraordinária, que acontecerá de forma exclusivamente presencial, podem ser encontradas na Proposta da Administração, que está disponível para consulta na sede e no site de Relações com Investidores da Companhia (www.dommoenergia.com.br/ri) e nos sites da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 (www.b3.com.br). O Departamento de Relações com Investidores da Dommo estará disponível através do e-mail ri@dommoenergia.com.br. para esclarecer eventuais dúvidas dos acionistas da Companhia sobre a participação na Assembleia Geral Extraordinária. Rio de Janeiro, 3 de outubro de 2022. **DOMMO ENERGIA S.A.** Edgard dos Santos Erasmi Lopes - Presidente do Conselho de Administração.

COMARCA DA CAPITAL-RJ.
JUÍZO DE DIREITO DA TRIGÉSIMA QUINTA VARA CÍVEL
EDITAL DE 1º, 2º. LEILÃO E ONLINE e INTIMAÇÃO à DINAMAR MARTINS GUIA e ao Espólio de THEREZA CANDIDO DE OLIVEIRA, na pessoa de sua Inventariante LÚCIA DE OLIVEIRA JUCA, com o prazo de 05 (cinco) dias, extraído dos autos da Ação de Execução (Processo nº 0401816-32.2009.8.19.0001) proposta por TEREZA MARIA PIRAGIBE MAGALHÃES, BRUNO PIRAGIBE MAGALHÃES HILDEBRANDT e MAURÍCIO PIRAGIBE MAGALHÃES HILDEBRANDT contra DINAMAR MARTINS GUIA e Espólio de THEREZA CÂNDIDO DE OLIVEIRA, na forma abaixo: A DRA. KARENINA DAVID CAMPOS DE SOUZA E SILVA, Juíza de Direito da Vara acima, Faz Saber por este edital aos interessados, que nos dias **13.10.2022** e **20.10.2022, às 12:15 horas,** através do site de leilões online: www.portellaleiloes.com.br., pelo Leiloeiro Público **RODRIGO LOPES PORTELLA,** inscrito na JUCERJA sob o nº 055, será apregoado e vendido o Apartamento 403, do edifício situado na Rua Joaquim Nabuco, nº 205, Copacabana, Rio de Janeiro, RJ.- Avaliação: R$ 2.429.404,04 (dois milhões, quatrocentos e vinte e nove mil, quatrocentos e quatro reais e quatro centavos).- O edital na íntegra está afixado no Átrio do Fórum, nos autos acima, no site www.portellaleiloes.com.br e no site do Sindicato dos Leiloeiros do Rio de Janeiro www.sindicatodosleiloeirosrj.com.br.